

HT-223



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

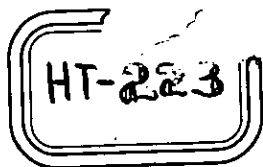
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane.

**Por: Kátia Claudina Baptista de Oliveira Filipe.**

Maputo, 2006



**PATRIMÓNIO VIVO EM INHAMBANE: DISTRITO DE VILANCULOS, 1992-2004.**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane por  
Kátia Claudina Baptista de Oliveira Filipe.

**Departamento de História**  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: **Dr<sup>a</sup>. Solange Macamo**

U.E.M. - F.L.C.S.
R. E. 31938
DATA 15.12.06
AQUISIÇÃO oferta
COTA HT-223

Maputo, 2006

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
<i>D. W. Healy</i>	<i>Solange Macamo</i>	<i>Diana</i>	23.11.2006

## Sumário:

- (i) Declaração
- (ii) Dedicatória
- (iii) Agradecimentos
- (iv) Lista de figuras
- (v) Resumo
- (vi) Lista de Siglas e Abreviaturas

Capítulo 1 . Introdução.....	1
Pertinência do Tema.....	2
1.1 - Âmbito do Estudo e Formulação do Problema.....	2
Objecto do Estudo.....	3
Objectivos.....	4
Identificação do Problema.....	4
Pergunta de Pesquisa .....	6
Hipóteses.....	6
Metodologia.....	7
1.2 - Contexto Geográfico.....	8
1.3 - Quadro Teórico - Conceptual.....	10
Estrutura do Trabalho.....	14
Capítulo 2. Revisão da Literatura.....	16
2.1 - Abordagem Actual Sobre Património Cultural.....	16
2.2 - Breve Historial da Pesquisa Arqueológica em Moçambique.....	22
2.3 - Contexto Temporal do Estudo.....	29

Capítulo 3 -Gestão do Património e Participação Comunitária...	32
3.1 - As Estações Arqueológicas.....	33
Chibuene.....	33
Manyikeri.....	34
3.2 - Gestão do Património.....	37
Papel da Comunidade na Preservação do Património.....	40
Relação entre Gestão do Património e Participação Comunitária.....	44
Problemas de Gestão do Património.....	47
As Soluções.....	47
3.3 - Turismo Cultural e Participação Comunitária.....	49
Como Implementar o Turismo Cultural?.....	52
3.4 - Legislação e Gestão do Património.....	54
Quadro Legal Nacional.....	56
Quadro Legal Internacional.....	57
Capítulo 4- Conclusão.....	59
Referência Bibliográfica.....	61

**Anexos:**

- (i) Fotos
- (ii) Mapas
- (iii) Cronologia

## Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui resultado da minha investigação pessoal, estando citadas ao longo do texto, as fontes que utilizei”.

## Dedicatória

Gostaria de ter todas palavras bonitas e merecedoras para dedicar este trabalho á minha família, mas de forma muito especial e carinhosa aos meus pais, Gilberto e Mariana Filipe, irmãos Milton e Mauro, por todo o amor, atenção e inspiração.

Á memória da minha mãe que não viveu para presenciar este momento...!!!

## Agradecimentos

Foram muitos os que directa ou indirectamente contribuíram para que após cinco anos pudesse estar a escrever estas palavras de apreço, a começar pela minha família de quem recebi muito apoio e motivação. Novamente aos meus idolatrados pais e irmãos, por cada minuto de carinho, de compreensão, de amizade e sacrifício. À minha mãe, incansável, sempre presente e orgulhosa...

Meu apreço vai também para a minha supervisora, Prof. Dr<sup>a</sup> Solange Laura Macamo, que conduziu-me pelo gosto pela área de gestão do património, pelo incentivo académico e profissional, pela prontidão, força e compreensão nos momentos que mais precisei, e que não foram poucos. Agradeço igualmente ao dr. Hilário Madiquida, Dr. Tore Saetersdal, Prof. Dr. Christopher Stephens pelo incentivo, apoio e disponibilidade sempre que precisei. Aos Projectos UOFU, NORAD, GTZ e “African Networking” pelo apoio na materialização do presente trabalho.

Ao corpo docente e técnico-administrativo do Departamento de Arqueologia e Antropologia e do Departamento de História, pelo profissionalismo e apoio. Aos funcionários da Direcção Nacional de Cultura, às autoridades municipais da Cidade de Vilanculos, do Posto Administrativo de Mapinhane, aos líderes comunitários da Localidade de Muabsa, agentes turísticos de Vilanculos, professores e alunos da Escola Secundária de Vilanculos e Secundária Padre Gerraro Gumiero, e ainda aos funcionários da Casa de Cultura de Vilanculos (Direcção Distrital de Cultura).

Aos meus eternos colegas do Curso de História, agradeço pelo companheirismo ao longo dos cinco anos de “violência académica”. Aos colegas e amigos, Shaísta, Paulina, Albino, Geraldo, Décio, Penny, Nino e Henrique pela troca de experiência e material, amizade, disponibilidade e apoio.

Às minhas amigas “da Manyanga”, Ana, Olga, Leopoldina e Nilza por toda a força demonstrada durante a minha formação e pela amizade que nos mantém unidas tantos anos depois.

Àqueles que não mencionei mas que não esqueci...

À todos, espero agradecer-vos com a realização deste trabalho!

### *Lista de Siglas e Abreviaturas*

ACNUR - Agência das Nações Unidas para os Refugiados

ARPAC - actual Instituto de Investigação Sócio- Cultural

ASDI / SIDA - Agência Sueca Para o Desenvolvimento

Com. pes. - Comunicação Pessoal

DAA - Departamento de Arqueologia e Antropologia

DNPC - Direcção Nacional do Património Cultural

Fig. - Figura

GTZ - Sociedade para Cooperação técnica alemã

ICOMOS - Conselho Internacional de Museus

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural property

MINEC - Ministério da Educação e Cultura

NORAD - Agência Norueguesa para o Desenvolvimento

p. - página

SAREC - Sweden Archaeological Research (Agência Sueca para Cooperação Científica)

SARQ - Secção de Arqueologia

S.N.M.A - Serviço Nacional De Museus e Antiguidades

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UOFU - Urban Origins of Follow Up

UNESCO - Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sede do Posto Administrativo de Mapinhane.....	72
Figura 2 – Picada de acesso à estação arqueológica de Manyikeni.....	72
Figura 3 – 72Figura 3 – Placa de identificação da estação arqueológica de Chibuene...72	72
Figura 4 – Placa de identificação da estação arqueológica de Manyikeni.....	73
Figura 5 – Estruturas do Governo local de Vilanculos.....	73
Figura 6 – Líderes comunitários entrevistados em Muabsa.....	74
Figura 7 – Membros da comunidade circunvizinha de Manyikeni.....	74
Figura 8 – Membro da comunidade circunvizinha de Manyikeni servindo.....	75
Figura 9 – O concheiro de Chibuene que é actualmente usado para fins de artesanato..75	75
Figura 10 – Placa de localização de Manyikeni com sinais de degradação.....	75
Figura 11 – Cerimónia de evocação aos espíritos ancestrais à entrada de Manyikeni....	76
Figura 12 – Placa de sinalização que impede o movimento de viaturas na área circundante a Manyikeni.....	76
Figura 13 – Placa didáctica em Manyikeni.....	76

## Resumo

A análise ao presente tema sobre gestão do património e participação comunitária pretende ter como enfoque a identificação do significado e implicações do papel da comunidade na preservação do património.

Para lograr tais intentos, especial atenção será dada ao valor simbólico atribuído ao património a ser preservado, de modo que se valorize não só o património tangível mas também, e consciente da sua importância, o património intangível e tudo o que ele significa.

Trata-se de uma abordagem que segue uma tendência bastante actual, de se olhar para o património como algo vivo em cada um de nós e que importa preservar para gerações futuras. Ou seja, não basta descobrir ou redescobrir factos que, no presente nos ajudem a interpretar o passado, mas que da mesma forma, sejam conhecidos e respeitados pelas gerações vindouras.

Com esta visão objectiva-se demonstrar as vantagens de se pautar por acções de gestão do património que partam da "base para o topo", por acções específicas para casos específicos. Evita-se sempre que possível a generalização de soluções que acabam por contribuir para um desmerecimento daquele que deveria ser o principal papel da comunidade local, o de "guardiã" da história, da cultura, do património.

Para dar um ar de especificidade ao presente trabalho, foi escolhida como área de estudo o Distrito de Vilanculos, na Província de Inhambane, no qual se localizam as estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene, num período de análise que inicia em 1992 e termina no ano de 2004.

A metodologia cingiu-se na recolha bibliográfica de dados que ajudassem a sustentar o argumento que guia o trabalho e que referissem experiências locais, nacionais, regionais e internacionais sobre a relação gestão do património, participação comunitária e turismo cultural. Outra ferramenta usada foi a recolha de dados empíricos por meio de entrevistas no contexto do trabalho de campo.

## Capítulo 1. Introdução

O tema a ser tratado no presente trabalho, incidirá sobre a gestão do património e participação comunitária, como “Património Vivo”, o que nos chamará a atenção para a pertinência da abordagem a ser adiante desenvolvida.

O principal aspecto a ter em conta, é o contributo para o reforço da ideia de que um projecto de gestão do património histórico-cultural bom e viável deve considerar a comunidade, a principal beneficiária do mesmo, sobretudo moral e culturalmente. Nesse sentido, melhor do que ninguém, a comunidade conhece, respeita e à sua maneira preserva a sua própria herança patrimonial. Este entendimento, garante a “autenticidade”<sup>1</sup> do espaço ou objecto a preservar, tendo a comunidade como parte integrante deste processo.

No entanto, lembre-se que é um tanto ou quanto difícil manter-se a originalidade dos bens móveis e imóveis, classificados como património (Lei nº 10 / 88), pois ao longo do tempo vão-se adaptando novos valores, simbólicos e funcionais, á novos contextos históricos (Macamo, 2006, com. pes.) Apesar disso, o esforço deve ser feito com vista à sua preservação e conservação.

Seguindo a tendência actual de se olhar para o conceito “património”, já não como algo restritamente local, mas de amplitude nacional, internacional, mundial (Kane, 2005; Stephens, Com. Pes., 2006), pautar pela participação comunitária em projectos desta natureza, é garantir que se tome em consideração a relevância dos mesmos, para a comunidade. Trata-se de ir buscar a sensibilidade da comunidade em relação à preservação do seu próprio património (O’Konare, 1995: 5-10).

Este estudo pretende contribuir para a consciencialização sobre a necessidade da integração comunitária em projectos de gestão do património histórico-cultural, como forma de garantir a valorização de toda a carga simbólica que o património em si encerra.

---

<sup>1</sup> Valor conceptual, carga simbólica do objecto ou espaço a preservar, que varia de cultura para cultura, de país para país, que reflecte o significado histórico-cultural atribuído pela comunidade. Walderhaug - Saetersdal, E., 2000: 165-166; Macamo c) S/d; 5; Rock Art Management Training Manual, 2002: 62 e 192; Ngoro, 2001: 1.

Por este motivo, o presente trabalho vai ser intitulado “Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992 – 2004”, com o qual procurar-se-á analisar e realçar o significado e as implicações da participação comunitária no processo de gestão do património local, no contexto geral do país.

Esta ambição parte da ideia de se olhar para o papel da comunidade como primordial, por ser ela a chamada guardiã do património, da história, da cultura de um povo, do país (Stephens, 2006, com. pes.).

Deste modo, especial enfoque será dado às crenças e valores culturais locais, para que se tome em consideração a relevância e a sensibilidade da própria comunidade em relação ao processo de gestão do património histórico - cultural.

### **1.1. Âmbito do estudo e formulação do problema**

A grande e diversificada riqueza histórico-cultural e patrimonial de Moçambique, faz-nos pensar na necessidade de preservação do nosso património. Essa deverá ser uma responsabilidade a ser assumida por cada um de nós, como moçambicanos.

Foi esta consciencialização que fez despertar a ideia de se realizar o presente trabalho, na esperança de constituir um contributo para o enriquecimento das questões ligadas á gestão do património e participação comunitária.

Neste contexto, e por todo significado histórico que a Província de Inhambane carrega, sobretudo no contexto de intercâmbio cultural, histórico, económico entre os povos locais e os visitantes árabes, portugueses e outros visitantes, ela foi escolhida como uma área preferencial para o presente estudo. De forma mais concreta, porque as estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene funcionaram como pontes ligando o interior e a costa para a efectivação de tal intercâmbio, acabaram por contribuir para o relançamento de questões sobre as origens da urbanização, do comércio e da formação das primeiras formações estatais pré-coloniais na região sul do país (Sinclair, 1987).

O trabalho tem como objecto de estudo, a Província de Inhambane, Distrito de Vilanculos, rico em estações arqueológicas como o Complexo Bazaruto – Ponta Dundo I e II, Chibuene e Manyikeni (vêr por exemplo, Sinclair 1987; Morais, 1988).

Especial destaque incide sobre as estações arqueológicas de Manyikeni, datada do II milénio AD, e de Chibuene, datada do I ao II milénio AD. Manyikeni é o testemunho mais antigo, até aqui conhecido, de Estado pré-colonial no sul de Moçambique. Por sua vez, Chibuene contém os vestígios mais antigos, conhecidos até ao momento, de comércio à longa distância, também no sul de Moçambique (Sinclair, 1987).

Nas duas estações arqueológicas foi desenvolvido um programa de gestão do património local, envolvendo a própria comunidade. A implementação deste programa ficou a dever-se ao Projecto “UOFU” (Urban Origins Follow Up” – sobre as origens urbanas na África Austral e Oriental), coordenado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane em colaboração com a Universidade de Uppsala, da Suécia (Macamo, 2003: 4-5).

Trata-se duma experiência única do género, á nível nacional, o que *per si* se destaca como um forte estímulo para a realização de mais estudos sobre o tema. Seria de desejar que experiências similares se estendessem para o resto do país.

Outro aspecto a ter em conta, em relação ao estudo da área abrangida pelo presente trabalho, é a variedade de material bibliográfico sobre o tema em geral (Gestão de Património) e específico (Gestão do Património Arqueológico – Cultural em Vilanculos). Esta riqueza bibliográfica, permite elaborar e desenvolver um estudo comparativo, entre a experiência nacional, regional e internacional, que pode ajudar a perceber o estágio de desenvolvimento de actividades relativas à gestão do património arqueológico e dos recursos culturais de Moçambique, bem como os constrangimentos existentes.

Com o final da guerra foi possível, com segurança, dar continuidade à tais estudos e projectos, avaliando-se eventuais estragos sobre as estações e respectivo espólio arqueológico. Tentou-se melhorar o estado de conservação dessas estações e, elaborar-se planos para a sua preservação, contando com a importante ajuda ou contributo da comunidade.

Para melhor concretização dos preceitos que guiam este trabalho objectiva-se, de forma geral, demonstrar a necessidade da participação comunitária em acções relativas à gestão do património, tangível e ou intangível, como forma de torná-la parte integrante e beneficiária do mesmo.

De forma mais específica, objectiva-se contribuir para que o processo de gestão do património cultural, iniciado no Distrito de Vilanculos, mais especificamente nas estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, com o apoio da ASDI e do GTZ, prossiga de forma bem sucedida. Outro objectivo é contribuir para o reforço da tendência actual, de se olhar para o conceito património como algo “vivo”, que constitui o nosso quotidiano, o que ajuda a explicar o título do trabalho.

Um terceiro objectivo é contribuir para a mudança da tendência actual dos processos de gestão do património começarem do topo para a base, para serem feitos da base, nível local, para o topo, à nível nacional (Macamo b, 2005). O fito é buscar aspectos específicos para acções específicas.

O ensejo de se alcançar os objectivos preconizados vai girar em torno das várias questões a serem levantadas ao longo do trabalho, como o problema de investigação que nos guiará na busca de tais respostas.

O ponto de partida será a ideia de que a participação comunitária em projectos de gestão do património histórico-cultural, funciona como um instrumento importante de disseminação ou popularização de tais projectos, dando-lhes maior amplitude. Assim, estes projectos deixam de ser de âmbito restritamente académico, “de gabinete”, de acesso restrito, tornando-se alvo de interesse público.

No entanto, é preciso que nos questionemos antes, sobre a necessidade de se preservar o património histórico-cultural. Primeiro, lembre-se que o objecto ou espaço a preservar assume um “valor tridimensional”<sup>2</sup>, que encerra em si, a afinidade entre aquele objecto ou espaço e o indivíduo. Isso conduz ao estabelecimento de ligações do indivíduo com o passado, através da carga simbólica que tal objecto ou espaço vai assumir para o mesmo indivíduo. É este o

---

<sup>2</sup> O “valor físico-funcional, que diz respeito á “componente físico-material”; o “valor contextual”, que é o “meio-ambiente cultural ou ecológico”; a “palavra ou signo”, corresponde ao “valor conceptual”. In: Macamo c) S/d: 5.

processo de se buscar e valorizar as raízes do indivíduo, as suas origens, que deverá constituir o principal aspecto de reflexão no processo de interpretação e conservação da sua história que é partilhada por todos nós.

Pode-se dizer que “uma vez que todo o Ser Humano é perecível, então qualquer objecto deve ou pode desaparecer”, pelo que importa preservar-se a história para as gerações futuras<sup>3</sup> Ndoro (2001: 3), afirma ainda, que os “recursos arqueológicos não são renováveis”, pois uma vez destruída a estação, ela não volta mais.

Em África, dada a raridade de fontes escritas sobre o período pré-colonial, as estações arqueológicas surgem como documentos da nossa história, a “única forma tangível de renovar o orgulho dos africanos, o seu património cultural” (Ndoro, 2001: 3).<sup>4</sup>

É neste contexto que se deve olhar para as estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, na gestão do património histórico-cultural, como uma preocupação de carácter internacional, no sentido afluído por Ndoro (2001).

Ao se fazer referência à participação comunitária em processos de gestão do património, deve-se ter em conta que se está a lidar, também, com factores emocionais, pelo que o conceito “propriedade”<sup>5</sup> (O’Keefe, 2000: 181) acaba por ser um mote de discórdia.

Dito doutra forma, poderão surgir desentendimentos entre os principais intervenientes de tais processos: as autoridades políticas locais, que velam administrativamente pelo território circunvizinho do local a preservar, movidos pela sua autoridade política; a comunidade local, que pela afinidade histórico-cultural com o mesmo espaço a preservar, sente-se legítima guardiã e proprietária, inclusive porque a terra em si, foi-lhe sendo transmitida de geração para geração; os académicos (arqueólogos e gestores de património, na tentativa de imporem os seus conhecimentos científicos para a preservação do património local) (Adeloye, 1995: 22).

---

<sup>3</sup> Macamo c) S/d: 5 e 7; Stephens, Christopher (Com.pes. 2005).

<sup>4</sup> Talvez por isso, Ndoro tenha adoptado como título para sua obra, “Your Monument Our Shrine”, traduzido como “vosso monumento, nosso santuário”.

<sup>5</sup> A ser entendido como “conjugação de todo o conjunto de legislação sobre património”, incluindo a convencional e a consuetudinária. Adaptado de O’ Keefe, 2000: 181. In: *Public Archaeology*.

Fica assim patente que elaborar e implementar um projecto de gestão do património histórico-cultural, constitui um processo bastante moroso e complexo, no qual devem ser considerados vários aspectos, como os técnico-financeiro e logístico, mas dando sempre grande enfoque ao respeito pelas crenças e valores culturais da comunidade do local onde se idealiza a sua implementação.

Deste modo, a preocupação em estimular e valorizar a participação comunitária no processo de gestão do património histórico-cultural, tomando em consideração tudo o que daí advenha, guia-nos à formulação da questão em redor da qual será desenvolvido o presente trabalho: Quais as implicações da participação comunitária na gestão do património histórico-cultural no Distrito de Vilanculos, 1992 – 2004? O ponto fulcral da análise, é buscar o significado, vantagens e implicações deste método de gestão do património.

### **Hipóteses**

As hipóteses que se aventam na tentativa de dar resposta á esta questão são:

- (i) a participação comunitária no processo de gestão do património histórico-cultural, contribui para o reforço de seu papel de guardiã da história, da cultura, e do património. A comunidade melhor do que ninguém, conhece o significado do que se pretende preservar, o que garante a preservação simultânea da cultura material (Património Tangível) e da cultura imaterial (Património Intangível).
- (ii) a participação comunitária, contribui para que projectos de gestão do património sejam feitos da base para o topo, para que cada projecto obedeça à padrões específicos de gestão, e não padrões generalizados. Assim, a comunidade deverá surgir como a principal beneficiária de projectos de gestão do património.

O objectivo central deste trabalho, é assim, discutir o papel da comunidade como parte integrante e beneficiária do processo de gestão cultural.

A discussão centrar-se-á no facto de ser este um tema bastante actual, tendo em conta as novas e constantes tendências que vêm mostrando que não basta descobrir ou redescobrir factos que, no presente, nos ajudem a interpretar o passado, mas que também sejam conhecidos e preservados para as gerações vindouras.



## Metodologia

Para a efectivação do tema em análise, adoptou-se como metodologia de trabalho, de forma faseada, a recolha e pesquisa bibliográfica do material documentado, sobre experiências de gestão do património, sobretudo com a participação comunitária, á nível nacional, regional e mundial. A informação assim obtida, foi complementada com base nos dados colhidos em palestras e seminários do DAA / UEM, sobre Arqueologia e turismo cultural, bem como no decurso da minha participação nas aulas de Pré-História como estudante, e de Património Histórico – Artístico e Museológico, como monitora.

Neste contexto, objectiva-se a discussão de teorias sobre o tema, representadas por vários autores nacionais e internacionais, principalmente os que desenvolveram pesquisas em Manyikení e ou Chibuene, e sobre experiências de gestão do património.

O meu primeiro contacto com a área de estudo foi em 2002, aquando da participação no programa piloto de gestão de pinturas rupestres na Província de Manica, no âmbito do Projecto de pesquisa arqueológica e gestão do património cultural em Moçambique, com o apoio da NORAD.

A realização do trabalho de campo garantiu um carácter mais particular ao presente trabalho, tendo consistido na visita às estações arqueológicas em estudo, para avaliação dos resultados dos projectos de gestão do património local. Pautou-se, igualmente, pela realização de entrevistas semi-estruturadas aos membros da comunidade local, desde as autoridades político – administrativas do Distrito de Vilanculos, localidades de Mapinhane e Muabsa, líderes comunitários, agentes turísticos, professores e estudantes do ensino secundário. Grande parte dos entrevistados era do sexo masculino, havendo algum equilíbrio entre o sexo masculino e feminino. No seio dos estudantes entrevistados, as idades estavam compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

A opção pelo método de entrevista semi-estruturada ficou a dever-se à ideia de que através de uma abordagem informal das questões, como um simples diálogo, conseguir-se-ia obter um maior e melhor número de dados, a serem criticamente avaliados. As entrevistas foram efectuadas durante cinco dias, normalmente entre as 9 e as 16 horas.

Pretendia-se, assim, a obtenção de dados sobre o sistema de gestão dos recursos culturais e naturais locais, desenvolvido pela própria comunidade, como forma de ajudar a perceber qual seria o contributo da comunidade na preservação do património arqueológico e gestão dos recursos culturais.

Para demonstrar que a participação comunitária em processos de gestão do património histórico - cultural tem sido pertinente e bastante benéfica, serão usados ao longo do trabalho, exemplos de experiências regionais e internacionais. Assim se explica a constante e estimulante motivação para a necessidade de participação comunitária em projectos de desenvolvimento sócio - económico, contexto no qual a preservação do património histórico - cultural e a promoção do turismo cultural têm sido primordiais, como áreas de interesse académico, económico e profissional. Esse aspecto é também relevante para os actuais programas do governo moçambicano de combate á pobreza, uma vez que a gestão cultural com a participação da comunidade é um aspecto marcante neste contexto (Macamo, com. pes, 2006).

## 1.2. Contexto geográfico

Localizado na zona costeira sul de Moçambique, à 700 km norte de Maputo (Sinclair, 1987: 67), o Distrito de Vilanculos ocupa uma superfície de 4700 Km<sup>2</sup>, cerca de 7 % da Província de Inhambane. Apresenta como limites geográficos, à Norte o Distrito de Inhassoro, à Sul o Distrito de Massinga, à Oeste os Distritos de Mabote e Massinga, e à Este o Canal de Moçambique<sup>6</sup> (Chambela, 1999: 13).

Estima-se que o Distrito de Vilanculos tenha uma densidade demográfica de cerca de 106 371 habitantes (ACNUR / PNUD, 1997: 3). Morais (1988), Barker (1978), citados por Muocha (2005: 2 e 3), fazem referência à prática da agricultura, com a produção de milho, amendoim, feijão-nhemba, mapira, meixoeira, mandioca, batata-doce e hortofrutículas, assume-se como actividade económica dominante. Esta actividade é complementada com a criação de gado (Morais, 1992: 309).

---

<sup>6</sup> Vêr mapa em anexo.

O Distrito de Vilanculos “integra-se na bacia hidrográfica do Rio Govuro”, da qual se destaca o rio do mesmo nome. Possui dois postos administrativos: o Posto administrativo de Mapinhane (fig.1), que foi possível visitar no decurso da realização do trabalho de campo, sendo constituído pelas localidades de Mapinhane, onde se localiza a estação arqueológica de Manyikeni, localidades de Belane e Muabsa, a última a ser designada ao longo do presente trabalho como “localidade circunvizinha de Manyikeni”, a qual também foi possível visitar. Outro posto administrativo é o de Vilanculo, constituído pelas localidades de Vilanculos e de Queuene (Chambela, 1999, 16-31; ACNUR / PNUD, 1992: 3).

No entanto, esta organização político- administrativa chega a constituir um certo entrave ao desenvolvimento de actividades relacionadas com a gestão do património. As responsabilidades sobre esta gestão, são muitas vezes justificadas pelos “limites de jurisdição política”<sup>7</sup>. No caso específico de Manyikeni, foi-nos dito que a preservação deste local estaria nas mãos da administração de Mapinhane e da comunidade circunvizinha, uma vez que o Município de Vilanculos vela apenas por Chibuene.

Não obstante os factos aqui citados, tanto a gestão de Manyikeni como a de Chibuene, parecem estar dependentes de projectos com financiamento internacional, em coordenação com o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane e a Direcção Nacional da Cultura. A distância que separa a capital do Distrito de Vilanculos, torna a fiscalização das actividades de preservação destas estações arqueológicas, algo quase que pouco notório, a avaliar pelo estado de conservação das mesmas, sobretudo em relação às vias de acesso (fig. 2) e imenso capim alto, o que dificulta a localização das estações, principalmente Manyikeni. Tem sido difícil para a Direcção Nacional de Cultura, gerir estes locais de longe o que mostra os constrangimentos da política de centralização, de tudo depender das instituições localizadas em Maputo.

O Distrito de Vilanculos, como já foi referido, engloba um importante conjunto de estações arqueológicas com grande significado para a interpretação da Pré-história local, no contexto nacional e regional. Neste contexto, destacam-se as estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene, por funcionarem como entrepostos comerciais (Macamo, Stephens et al, 2004: 7) ligando a Costa com o Hinterland.

---

<sup>7</sup> Citando entrevista com o Presidente do Município de Vilanculos, no dia 16. 03. 06, no decurso do trabalho de campo.

O Distrito de Vilanculos foi consideravelmente afectado pela “Guerra Civil”<sup>8</sup>, o que pode ter contribuído para uma menor atenção em relação ao espólio arqueológico das estações aqui existentes. A guerra fez com que se adiassem ou interrompessem estudos ou programas relativos à preservação do património local (Sinclair, 1987: 19).

A preocupação em torno de possíveis efeitos do desenrolar de conflitos armados, sobre os bens móveis e imóveis, classificados como património nacional e até mundial, preocupa arqueólogos e outros académicos nacionais. Preocupa igualmente académicos e organizações internacionais. Exemplo disso, é a publicação da UNESCO, em 1954, intitulada “*Les Techniques de Protection des Biens Culturels En Cas de Conflit Armé*”, citada por Macamo (2001: 5), também conhecida como “*Hague Convention*”.

Esta preocupação sobre o impacto de conflitos armados sobre bens classificados como património, é afluada por Biörnstad (1998: 134 -36), que traça como marco inicial para a preservação do património, no contexto de conflito armado e numa linha contínua, o decorrer e impacto da I Guerra Mundial. Esta reflexão ajuda a perceber que a destruição do património de um local, representa a perda de uma parte do património mundial.

### 1.3. Quadro Teórico – Conceptual

O tema como o presente, sobre a relação entre a gestão do património histórico-cultural e a participação comunitária, implica a menção à vários conceitos, com destaque para a terminologia técnica específica. São igualmente diversas as formas de abordagem dos vários autores consultados sobre cada um dos conceitos. Nesse sentido, na elaboração deste trabalho, é pertinente a referência á alguns dos conceitos apreendidos.

- a) *Estação Arqueológica*: definida como qualquer local onde se encontrem vestígios evidentes de antigas actividades humanas. Pode ser de superfície (á céu aberto, ao ar livre), nas grutas ou abrigos rochosos; em águas de mares, lagos (como as estações submarinhas). Caracteriza-se pela distribuição superficial ou por horizontes arqueológicos distintos (estratigrafia) (Meneses, 1995: 33; Macamo; 2003: 32). É ainda definida como “Zona de Protecção” e vias de acesso, onde

---

<sup>8</sup> Esta guerra, que pode assumir a designação de “Guerra dos 16 anos” ou “Guerra de Desestabilização”, de acordo com a periodização de cada autor, “levou á concentração da população nas sedes das localidades e ao longo do litoral” (Chambela, 1999: 2), o que pressupõe a dispersão de grande parte das comunidades locais.

existam indícios evidentes de vestígios de bens materiais móveis e imóveis ou qualquer outro traço da existência do homem, que tenha sido detectada ou possa vir a ser detectado à superfície, no subsolo, leito de águas interiores e plataforma continental, e que deverão ser preservados *in situ* ou de acordo com as disposições legais (Decreto nº 27/94, de 20 de Julho, p. 242- (2)).

Porque algumas vezes o conceito de estação arqueológica é confundido, torna-se difícil delimitá-lo. Ligado a ele surge outro conceito, o de *Zona de Protecção* do património arqueológico, que faz referência à “zona circundante a um bem imóvel classificado, ou áreas onde haja evidências de elementos arqueológicos (que são as “evidências e bens materiais móveis e imóveis –Macamo, 2003: 31), de inestimável valor científico”. A sua integridade é velada pela Ministério da Educação e Cultura, pela implementação do Art. 21 do Regulamento de Protecção do Património Arqueológico (Macamo, 2003: 72) sobre a definição e responsabilidades em relação ao conceito de Zona de Protecção arqueológica.

**Património:** é o que vivemos no nosso dia-a-dia; são as crenças, as tradições, a cultura material (tangível) e imaterial (intangível). É o contexto em que vivemos, é o que nos liga ao passado, pelo que deixa de ser algo restrito ou local e ganha uma dimensão nacional. Cada património cultural, de um povo, ajuda a reconstituir a história da Humanidade (Kane, 2005; Stephens, com. pes. 2005).

Esta definição de património ajuda a perceber a importância de se buscar e valorizar a participação comunitária na gestão do património, de modo que cada um de nós se sinta de alguma forma responsável pela preservação do nosso património, para as gerações vindouras.

- **Património Arqueológico:** designa o “conjunto de bens móveis e imóveis, de valor arqueológico, paleontológico, antropológico ou geológico, relacionados com as gerações antepassadas”, achados através de “descobertas fortuítas, prospecções ou escavações arqueológicas”. Inclui ainda, os “estudos, registos e resultados de análises laboratoriais” (Decreto nº 27 / 94, de 20 de Julho; Macamo, 2003: 54).
- **Património Cultural:** Diz respeito ao “conjunto de bens culturais materiais móveis e imóveis, bem como os imateriais e os elementos naturais, criados ou integrados em Moçambique, ao longo de sua história, com relevância para a definição da identidade cultural nacional (Macamo, 2003: 54). Webber Ndoro,

fala de “coleções definidas de memórias e culturas, individuais e ou colectivas, constituídas num dado processo sócio-político” (Ndoro, 2001; 2).

Integrando os bens culturais imateriais e materiais, o Património Cultural designa o “conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana” (Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro).

- *Património Histórico-Cultural*: designa as evidências de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, cuja combinação ajuda na reconstituição e interpretação da nossa história, processo no qual se deve primar pela interdisciplinaridade (com. pes, 2006).

c) *Gestão*: conceito a ser visto como “parte dum processo assente na mudança de valores e de percepções”, que passa pelo seguimento de questões “éticas e políticas” (Walderhaug - Saetersdal, 2000: 175).

- *Gestão do Património*: é visto como um “conceito multifacetado”, que inclui a preservação do património tangível e intangível, com destaque para a paisagem envolvente, de acordo com todos os grupos envolvidos. Abarca outros três conceitos, nomeadamente “memória, cultura e património cultural” (Ndoro, 2001: 2).

Dito doutra forma, trata-se do “processo que adiciona na Arqueologia, a busca da sensibilidade do público, sobretudo das comunidades locais, para além da própria protecção dos recursos arqueológicos (Ndoro, 2001: 7).

- *Gestão do Património Arqueológico*: está ligada ao cuidado pela preservação da estação arqueológica, de forma que o significado cultural seja mantido e preservado para as gerações futuras (Ndoro, 2001: 7).
- *Comunidade*: deverá ser vista como “um determinado grupo populacional que habita um espaço físico específico, que comunga os mesmos recursos em seu próprio

benefício, podendo ou não ter uma forma específica de organização social” (Fortes, 2003: 17).

Comunidade pode ainda designar, na mesma linha de pensamento, uma “colectividade de actores que partilham de uma área territorial limitada, como base para o desempenho da maior parte das suas actividades quotidianas” (Silva, 1986: 229).

- *Comunidade local*: entendida como “agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção das áreas de habitação, agrícolas (...), florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (Ricardo, 1999: anexo 1, p. 1). Em comunicação pessoal, Macamo (2006) resume o conceito como sendo tudo aquilo que designa paisagens culturais.

De um modo geral, o conceito “comunidade local” vai designar, ao longo do presente trabalho, o conjunto de famílias e ou indivíduos vivendo numa circunscrição territorial, unidos por interesses comuns em relação aos aspectos de protecção e preservação de recursos naturais, culturais, históricos e arqueológicos.

Negrão (2002:30), refere-se à comunidade local como o “conjunto de famílias que estabelece entre si relações económicas, sociais e jurídicas, com o objectivo de minimizar os riscos da sua reprodução social”.

- *Participação Comunitária*: discutindo o conceito “participação” como “processo activo” e influente no decorrer de qualquer processo, Fortes (2003: 17-20), define participação comunitária como “uma forma activa e dinâmica de participação que possibilita à comunidade envolver-se na identificação dos problemas que a afectam, na busca de soluções alternativas, na mobilização de meios e na realização de intervenções que possibilitam o desenvolvimento da comunidade”.

Este conceito, comungado com as ilações tiradas de outros autores, faz-nos olhar para o significado da representatividade local no usufruto de benefícios para a comunidade, identificados no processo de gestão do património.

Os aspectos afluídos até aqui permitem, no presente trabalho, a elaboração de ideias de gestão do património e participação comunitária.

A sequência obedecerá à uma organização dos conteúdos em quatro capítulos, designadamente Introdução, Revisão da Literatura, Gestão do Património e Participação Comunitária, e por fim, a conclusão. Sustentando esta organização do trabalho, tem-se outros aspectos como a Referência Bibliográfica e os Anexos (que incluem fotos e mapas da área de estudo).

Na introdução, como primeiro capítulo, é feita a apresentação sumária do trabalho focalizando-se os aspectos como âmbito de estudo e a formulação do problema que estabelece os contornos da realização do trabalho, da inquietação, importância e motivação para efectivação do mesmo, são identificadas as hipóteses que serão testadas ao longo do trabalho. São igualmente discutidos alguns conceitos pertinentes para a realização do trabalho.

O segundo capítulo, versa essencialmente sobre a análise crítica feita às fontes consultadas, cujos conteúdos ajudam a sustentar o argumento que envolve o tema sobre gestão do património e participação comunitária. Esta abordagem estende-se à análise dos marcos cronológicos (1992 – 2004) que delimitam a abordagem sobre o tema em referência, incluindo o historial da pesquisa arqueológica e gestão do património em Moçambique.

O terceiro capítulo, o principal, apresenta vários aspectos ligados à gestão do património, desde a caracterização e significado das estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene e das implicações da participação comunitária. Serão analisadas as limitações e vantagens dessa participação, destacando-se os principais actores.

Nesse sentido, merece destaque a análise sobre a relação entre a gestão do património e a participação comunitária, por um lado, e o desenvolvimento do turismo cultural, por outro. Para completar, são abordados aspectos ligados ao quadro legal sobre património aplicável em Moçambique e sua relação com o contexto internacional.

O último capítulo, traz as ilações tiradas da elaboração do presente trabalho. A conclusão do presente trabalho não deverá significar o fim da análise à gestão do património e participação comunitária. Significará sim, que apenas foram lançadas as primeiras bases para futuros



trabalhos que incidem sobre a participação comunitária na gestão do património. Essa participação é que torna o património vivo, por estar ligado às comunidades à quem serve, sendo elas gurdias do mesmo.

Os anexos são constituídos por fotos, mapas e a cronologia sobre alguns eventos que se julgam pertinentes para o tema em análise.

Os aspectos que sustentam este primeiro capítulo introdutório, servirão de base para a elaboração evolutiva do presente trabalho.

## Capítulo 2. Revisão da Literatura

### 2.1. Abordagem actual sobre património cultural

No presente capítulo o principal objectivo é abordar o processo evolutivo de temas ligados à gestão do património e a forma como tem sido encarado no meio académico, mais especificamente o arqueológico, como contributo para acções de preservação do património. Nesse sentido, a principal ferramenta será a exploração do tipo de abordagem dos vários autores consultados e a discussão que se ambiciona fazer brotar ao longo do próprio trabalho.

A riqueza bibliográfica sobre o tema, pode tornar difícil a elaboração de uma revisão da literatura do tipo autor por autor. Na tentativa de facilitar esta fase do trabalho, vai-se adoptar uma espécie de categorização geral dos principais aspectos a ter em conta.

O primeiro destaque vai para a história da investigação arqueológica em Moçambique, na qual se conseguiu elaborar um quadro evolutivo, que inicia no período colonial, passando pela fase áurea da arqueologia moçambicana nos primeiros cinco anos após a independência.

As fontes coloniais usadas, com destaque para o Relatório das “Ruínas do Zimbabwe de Muabsa” e o artigos da Revista Monumenta, apesar de deixarem transparecer um certo interesse sobre a preservação do património histórico-cultural, encerram em si a ideologia colonial. A grande característica deste ideal de preservação, era o privilégio ao património edificado, o qual reforçava a ideia de que a civilização foi trazida pelos colonos portugueses (vêr por exemplo Sinclair, 1987).

As fontes mais recentes, maioritariamente fruto de estudos não inseridos em campanhas de pesquisa do DAA, levantam vários debates sobre o significado das estações de Manyikeni e de Chibuene, e o contributo de pesquisas em ambas. É neste contexto que se vai destacar o trabalho de Sinclair, que relançou a questão da periodização da integração da zona costeira sul de Moçambique, no comércio á longa distância (Sinclair, 1987). Outro debate digno de realce, diz respeito à complexa rede sócio-económica e cultural entre Chibuene e outras estações regionais e além – mar, que marca um forte intercâmbio inter-culturas, o que faz de Chibuene e Manyikeni, alvos de constantes pesquisas (vêr por exemplo, Ekblom, 2004).

Manyikeni, principalmente pela sua relação com o Grande Zimbabwe e outros centros regionais, levanta questões muito importantes relativas ao povoamento das comunidades de agricultores e pastores do II Milénio. (Sinclair, 1987, 1998; Garlake, 1976; Morais, 1988; Ekblom, 2004; Macamo, 2003, 2004 e 2005).

Em Manyikeni foram testadas as hipóteses implícitas sobre as origens de Estados (Sinclair, 1987). Em Chibuene, foi comprovada a existência de contactos iniciais com os árabes (Sinclair, 1987; Duarte, 1993; Macamo c, 2005).

O historial sobre a investigação arqueológica, tanto no geral, como nos casos específicos de Manyikeni e de Chibuene, é bastante extenso pelo que se pensa serem estes apenas alguns dos principais traços.

Relativamente às experiências de participação comunitária na pesquisa arqueológica e na popularização da Arqueologia, pode ser considerado básico o artigo de Paul Sinclair sobre as “Origens Urbanas na África Oriental” (Sinclair, 1998). Este artigo traz uma espécie de resumo do que terão sido algumas acções deste programa, com frutos positivos em relação à Manyikeni e Chibuene, principalmente em relação à popularização da Arqueologia.

Trata-se de uma visão que marca a continuidade dos esforços de preservação e valorização cultural, iniciados nos anos seguintes à independência nacional, levados à cabo pelo então “Serviço Nacional de Antiguidades e Museus” (S.N.A.M), em campanhas faseadas. A inspiração para este estudo, apoiado na “participação popular” ou comunitária, veio do exemplo de mobilização das aldeias comunais (S.N.A.M, 1979 e 1981).

Igualmente pertinente, é a referência à esta prática por Garlake (1976), Ekblom (2004), Sinclair (1987 e 2004), “Rock Art Management Training Manual” (2002), Ngoro (2001), Relatório Colonial (1959) e os vários artigos de Macamo afluídos ao longo do trabalho, com destaque para a comunicação apresentada na Conferência Nacional da OSSREA (2003).

Refira-se ainda o artigo de Mugaradzi (S/d), que realça o conceito “*empowerment*” (literalmente traduzido como “*empoderamento*”) das comunidades locais, no que toca à gestão do património intangível, no sentido de “Renascimento Africano”, através do estudo das “raízes” de sua história. Trata-se de uma ideia, segundo a qual, dada escassez de fontes escritas em África, as estações arqueológicas surgirem como importantes fontes históricas.

O mesmo autor, aborda exemplos de situações de choques de ideias no processo de gestão do património, entre a comunidade, ligada ao chamado “sistema tradicional” de gestão do património, e os gestores do património, do chamado “sistema moderno” de gestão do património. São exemplos, alguns casos de locais históricos do Botswana.

No entanto, no mesmo ângulo de análise, Munyaradzi fala de alguns casos nos quais a comunidade tem sido relegada para segundo plano no contexto da discussão de políticas de gestão do seu próprio património. Este aspecto, ajuda a sustentar o argumento de Ndoro (2001), segundo o qual a comunidade tem sido “alienada” do mesmo processo de gestão do património, usando o caso do Zimbabwe. O mesmo aspecto, em relação à Moçambique, é referido pelo Relatório do S. N. M. A (1979) numa alusão ao período colonial.

Ndoro e Pwiti (2005), referem-se à marginalização da comunidade na gestão do património, sobretudo durante o período colonial. O período pós – independência, pela necessidade de se reescrever a história de África Sub-Sahariana, recorrendo à processos históricos pré-coloniais, vem mostrar que o sucesso da gestão do património passa pela participação comunitária. Abungu (1998), sustenta ainda a necessidade de formação e treinamento adequado de técnicos e gestores do património.

Esta questão de “alienação ou marginalização”, pode estar ligada à ideia de que durante o tempo colonial a “verdadeira” história de África, feita por africanos e sobre africanos, foi preterida pela valorização da história colonial.

Sobre o património tangível e intangível, sua preservação e participação comunitária, Duarte (1992), refere-se à busca de “raízes” para a reafirmação de uma identidade nacional, sem olhar às fronteiras políticas que delimitam Moçambique dos restantes países da região. Igualmente sobre a existência de “património sem fronteiras”, usando o caso da Jugoslávia, fala-nos Johansson (1998). A autora refere que o património da Jugoslávia não deve ser visto como algo à parte do património mundial.

No entanto, porque uma das grandes limitações da reinterpretção da história de África tem sido a exiguidade de fontes escritas, para além das coloniais, a Arqueologia surge como um importante e fundamental suporte daquilo que alguns autores chamam “Renascimento Africano”, a partir do estudo, valorização e preservação do património. (Segobye, 2005; Scheermeyer, 2005; Folorunso, 1996).

É inserido nesta visão sobre o papel da Arqueologia na gestão do património, que é afluído um dos conceitos principais do presente trabalho, o de “Património Vivo”, por autores como Schermeyer (2005); Segobye (2005); Aslan (2005); Munyaradzi (S/d); Saouma – Forero (1998); Stephens (2004). A visão mais internacional é-nos trazida por Brodie (2005), que faz referência “à caça ao tesouro” como uma grande ameaça à preservação do património das gerações presentes. Para sustentar o seu argumento, a autora usa alguns exemplos de vários cantos do mundo.

Refira-se que algumas chamadas de atenção sobre o método da participação comunitária na gestão do património arqueológico-cultural, são-nos trazidas por Webber Ngoro (2001), que aproveita para fazer referência à algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos gestores do património na África Austral, analisando o caso do Grande Zimbabwe.

Relativamente à eventuais dificuldades na gestão do património ligada à participação comunitária, Macamo (1996), Agbje – Williams (1996), Pwiti & Mvenge (1996), Maradze (S/d), afluem várias situações no contexto nacional, regional e internacional. Estes autores conseguem deixar claro que não obstante tais dificuldades, a participação comunitária continua e deverá permanecer primordial na gestão do património. Talvez por isso, Feilden & Jokilehto (1998) falem de todo um conjunto de valores, cultural, social, educacional, económico e político, que devem ser considerados e respeitados.

Os artigos de Konate, Adeloje, Arinze e Ardwin<sup>9</sup>, também reflectem alguns dos principais problemas da preservação do património histórico-cultural em África, sobretudo a partir da interacção Museu – Comunidade.

Contudo, as dificuldades referidas não desprestigiam a participação comunitária em projectos de gestão do património em Moçambique, sendo Vilanculos uma grande fonte de inspiração, como reflecte o “Estudo de Viabilidade e Plano de Implementação do Turismo Cultural e Gestão da Herança da Província de Inhambane” (Macamo et al, 2004).

---

<sup>9</sup> Inseridos na obra “Museums and the Community In West Africa”, 1995.

De um modo geral, Corsane (2005), numa compilação de vários artigos importantes, aborda questões relativas à gestão do património, desde a sua importância, metodologia, limitações, cuidados e vantagens, numa relação bastante importante para a promoção do turismo cultural. Relativamente aos conceitos comunidade, comunidade local e participação comunitária, os autores consultados foram Fortes (2003), Ricardo (1999) e Negrão (2002).

No que diz respeito ao turismo cultural Brodie (2005), Prentice (2005), Richter (2005), Macdonald (2005), Feilden & Jokilehto (1998), Pwiti & Mvenge (1996), Ahn (1998), Chambela (1999), apresentam dados sobre o turismo como simples actividade económica e sua evolução como componente importante da gestão do património, numa abordagem cada vez mais actual. Apresentam ainda alguns cuidados, vantagens e significado do turismo cultural, como sector complementar da gestão do património, usando exemplos nacionais, regionais e internacionais.

Um dos principais cuidados no desenvolvimento desta actividade, tal como refere Folorunso (1996) é o tráfico ilícito de bens culturais de um país para outro, promovido pela chamada “caça ao tesouro”. Moçambique parece sofrer também do mesmo problema, quando a pesquisa sub-aquática incide sobre objectos arqueológicos e não em objectos científicos que possam ser demonstrados e usados na interpretação arqueológica (Macamo, com. pes. 2006).

Uma das principais directrizes nos programas de gestão do património histórico-cultural, deverá ser a execução de acções específicas, respeitando o conjunto da legislação aplicável em Moçambique. Não obstante dentre os autores consultados, haver uma considerável referência ao quadro legal nacional e internacional, a prática vem mostrar que o conhecimento da legislação sobre património histórico-cultural, parece continuar exclusividade de uma parte ínfima da população moçambicana, que acaba por se resumir aos técnicos de gestão do património.

Numa visão mais generalizada, Deacon (1996), refere-se á algumas limitações da amplitude e aplicabilidade da legislação na gestão de recursos culturais, servindo-se do exemplo da África do Sul. Tais limitações dizem respeito à um nível de aplicação da legislação apropriada, pouco satisfatório, o que pode retardar ou perigar acções ligadas á gestão do património.

Macamo, aflora as “Normas para Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios”, que constitui importante contributo em termos de esclarecimento da

terminologia técnica e dos procedimentos inerentes à classificação de bens imóveis do Património Cultural.

Ndoro (2001: 9-10), considera a legislação um “elemento central” na gestão do património, quando devida e apropriadamente aplicada, de acordo com a legislação de cada país, mas respeitando sempre a legislação promulgada pela UNESCO.

O’Keefe (2000), aborda a legislação no sentido de relacioná-la com a Arqueologia e os Direitos Humanos, o que reforça a ideia de que o património diz respeito ao quotidiano de cada um, como parte do Património Mundial. A mesma linha de pensamento é defendida por Saouma – Forero (1998).

Directa ou indirectamente, Kane (2000) estabelece a mesma ponte, mas o seu grande contributo está em sistematizar o quadro legal moçambicano sobre património, à nível nacional, regional e internacional.

Um dos grandes aspectos a ter em conta no quadro da legislação internacional, é a Carta do ICOMOS, de 1990, sobre a “Protecção e Gestão do Património Arqueológico”. Esta Carta, estabelece os princípios relativos à gestão do Património Arqueológico, incluindo as responsabilidades das autoridades públicas, legisladores e outros actores do processo.

Outra abordagem sobre legislação, é-nos trazida por Macamo & Saetersdal (2004), com enfoque para a Declaração dos Direitos Humanos no âmbito do desenvolvimento de actividades arqueológicas e preservação do património cultural. Esta abordagem ajuda a perceber a crescente preocupação mundial em relação à preservação do património de cada país, como um direito outorgado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e constantemente revitalizado pela ONU e suas instituições culturais, com destaque para a UNESCO (Biörnstad, 1998).

Portanto, a legislação aplicável em Moçambique, conjugada com a de âmbito internacional, deixa transparecer o comprometimento do Governo moçambicano com acções de carácter de preservação do património histórico-cultural nacional. Esta legislação aprovada, constitui um grande impulso para o enraizamento de projectos de gestão de património.

De forma específica, no que diz respeito à legislação moçambicana, refira-se a existência da lei-base sobre Património Cultural, a Lei n° 10 / 88 de 22 de Dezembro, complementada pelo

Decreto n° 27 / 94 de 20 de Julho, que regula a protecção específica do Património Arqueológico.

Para que a preservação do património arqueológico, histórico e cultural atingisse este nível de reconhecimento, com a promulgação de legislação específica, foi preciso seguir-se uma linha evolutiva no capítulo da legislação, que passou pela promulgação de vários Decretos e Regulamentos. Destaque-se o decreto para a criação de Comissões provinciais de Educação e Cultura (Boletim da República, I Série, n°7, 1976); sobre o incentivo para a participação comunitária local na protecção do património cultural (Decreto n° 11 / 96, de 28 de Agosto); para a promoção cultural como “instrumento de afirmação da personalidade e identidade cultural moçambicana” (Decreto n° 84 / 83 de 29 de Dezembro); definição da “política cultural de Moçambique e estratégia de sua implementação” (Resolução n° 12 / 97); definição e aplicação duma política museológica, relacionada com a ligação escola – comunidade, no contexto da valorização e protecção do património cultural (Diploma Ministerial n° 171 / 2000 de 6 de Dezembro).

Um dos sinais do comprometimento do governo moçambicano, no capítulo da preservação do património cultural, foi a elaboração do Plano Estratégico 2003 – 2007, no ano de 2002. No entanto, a realidade presente mostra que pouco do que foi idealizado chegou a ser concretizado, para além da gestão do património arqueológico, através de apoios externos.

Algumas fontes, sobretudo Ngoro (2001), Konate (1995), Adeloye (1995), Arinze(1995), trazem experiências internacionais que ajudam a elaborar um quadro comparativo sobre o estágio da gestão do património, com a participação comunitária em Moçambique.

## **2.2 Breve Historial da Pesquisa Arqueológica em Moçambique**

Feita a análise crítica das obras e autores consultados, é apresentado o historial da pesquisa arqueológica em Moçambique, com ênfase para as experiências de gestão do património à nível local, da área de estudo, e no contexto nacional.

O interesse pela pesquisa arqueológica em Moçambique, data ainda da fase de colonização portuguesa, ainda que no seu evoluir, actividades arqueológicas fossem confundidas ou sufocadas por estudos antropológicos, etnográficos e arquitectónicos (Sinclair, 1987: 26-29).



É assim que em 1943, é criada a “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”, como testemunho colonial da necessidade de preservação histórica e arqueológica, e a promoção do interesse turístico (Hall, 1996: 44).

Contudo, este “fraco empenho” das autoridades coloniais, como refere Sinclair, não excluiu pesquisas arqueológicas levadas a cabo por académicos estrangeiros residentes no país, ou que para aqui vieram elaborar tais estudos (Sinclair, 1987: 26-27).

Dentre eles, citados por Sinclair (1987: 26-27) pode-se fazer referência a Van Riet Louwe (1943), Breuil (1944), sobre a Idade da Pedra; Wieschhoff (1941, que se destacou pelo método de “interpretação arqueológica da evidência material, sob uma perspectiva antropológica” da cultura Zimbabwe, usando o caso do Estado Mutapa. Ainda Carl Wiese, sobre as “primeiras comunidades de agricultores e pastores”; Smolla (1976) e Gerhard Liesegang (1976), sobre estudos “etno-históricos e arqueológicos” (Sinclair, 1987: 26-27).

Meneses (1988: 6 e 8), refere-se à outros académicos, mas não arqueólogos, como Santos Júnior (antropólogo) e Lerenó Barradas (Engenheiro Agrónomo, à quem a autora se refere como “um dos pilares da investigação arqueológica em Moçambique). Estes académicos realizaram as suas actividades no contexto da “Missão Antropológica de Moçambique” (Meneses, 1988: 6; Hall, 1996: 43).

Macamo (2005), refere-se à outros trabalhos considerados pioneiros, na Província de Tete, como Carl Wiese (1907), na Gruta de Chifumbaze; Wieschhoff (1930), que escavou os amuralhados de Niamara e Magure, em Manica. Estes trabalhos, trouxeram alguns dados novos sobre questões relativas à urbanização na região austral de África, mudando um pouco a tendência da época, de se elaborar estudos centrados unicamente na Evolução Humana (Macamo, 2005).

Estudos específicos sobre a gestão do património á nível do Distrito de Vilanculos, começaram a ganhar forma em 1978, através do contributo da SAREC (“Agência Sueca Para a Cooperação Científica”) com o impulso da então Secção de Arqueologia / UEM. O contributo da SAREC, de forma geral e no contexto nacional, significou o financiamento de investigações arqueológicas coordenadas pelo DAA, possibilitando um “maior incremento de trabalhos de pesquisa” (Duarte, 1988: 57; Hall, 1996: 44).

Grande exemplo deste intercâmbio académico, foi a realização do projecto de “prospecção arqueológica do país”, entre 1977 e 1983, de que resulta por exemplo o estudo em Manyikeni (Duarte, 1988: 57-58).

O novo ímpeto foi conseguido com o final da Guerra Civil, cujo exemplo mais concreto pode ser o Projecto “UOFU”, iniciado em 1997, com fim previsto para 2004 (Macamo, 2003: 4 e 9), mas que teve continuidade até 2005.

Apesar de todas as dificuldades que a pesquisa arqueológica foi enfrentando, e sendo maioritariamente desenvolvida por académicos estrangeiros, os vários estudos que foram sendo efectuados, mostravam que havia ainda muito por fazer.

Deste modo, e com o “intensificar do processo de transformação social”, no pós-independência, houve um grande impulso para a exploração e definição da “identidade cultural da nova nação”, a criação do chamado “Homem Novo” (Sinclair, 1987: 27 e S.N.M.A, 1981: 2).

Objectivava-se, assim, a criação de uma “nova sociedade”, alargando o estudo da História e da Cultura à todo o povo, para que “seja ele a preservar e valorizar as manifestações históricas e culturais do passado” (S.N.M.A, 1979: 5).

Nesse sentido, o conceito “valorizar” deverá ser entendido como incentivo para que “todo o povo pense nestes problemas, para que ele conheça a sua história e a sua cultura, reflectindo sobre ela”. Assim, “valorizar as manifestações culturais do passado, é fazer com que elas se tornem numa base crítica da História e da Cultura” (S.N.M.A, 1979: 2 e 3).

Por trás disto, estava uma forte tentativa de negação á teoria eurocentrista, embrenhada na ideologia colonial, segundo a qual, a colonização é que trouxera a civilização para os africanos (Sinclair, 1987: 27).

Hall (1996: 43) refere que a independência de Moçambique, em 1975, significou uma mudança notável na pesquisa arqueológica a ser disseminada entre o público. Esta ideia de mudança, passaria pelo equilíbrio entre as necessidades académicas e a disseminação dos resultados da pesquisa arqueológica, como reforça o mesmo autor.

Assim, entre os moçambicanos, académicos e não académicos, crescia uma grande sede de “reorientação de estudos sociais”, que deveria satisfazer às necessidades do novo programa educacional, tanto para crianças como para adultos e, inclusive, as demandas científicas do momento (Sinclair, 1987: 27; Macamo, 2005). Esta foi, também, uma prática muito comum na África Ocidental (Ardowin, 1995: 45-49).

A criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA / UEM), em 1980 (Sinclair, 1987: 27; Morais, 1988: 51)), a partir da extinção da Secção de Arqueologia (SARQ) (Meneses, 1988: 13), deu um novo alento aos esforços até ali empreendidos, pois passou a coordenar as várias pesquisas existentes e por existir no país (Duarte, 1988: 57). Hall (1996: 44), fala do importante papel desempenhado pelo DAA na reformulação do conteúdo do currículo escolar do pós-independência.

Para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no pós-independência, muito contribuíram os trabalhos de arqueólogos como R. Teixeira Duarte, Teresa Cruz e Silva; Senna Martinez, João Morais entre outros (Sinclair, Morais et al, S/d: 409-10; Macamo & Saetersdal, 2004: 189). O pionerismo destes arqueólogos moçambicanos merece ser um exemplo a ser seguido, para que a riqueza arqueológica moçambicana seja conhecida e valorizada. Isso passa pela necessidade de formação de mais arqueólogos (Meneses, 1997: 3), o que pode ser constatado pelos constantes esforços do DAA / Secção de Arqueologia, em cativar estudantes para a área de Arqueologia.

Morais (1988: 47-58), apresenta o quadro evolutivo da pesquisa arqueológica em Moçambique, agrupando-a em zonas, sul, centro e norte. Neste contexto, o autor refere-se ainda, dentre outras estações arqueológicas, a estação de Manyikeni.

Uma tendência notória na prática arqueológica, por estas alturas, foi o enfoque para “estudos comparativos entre as estações, usando métodos tipológicos”, o que também passava pelo estabelecimento de analogias com os resultados de pesquisas á nível regional, sobretudo na África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia (Sinclair, 1987: 27; Sinclair, Morais et al, 1993: 409-10; Macamo a, 2005). Assim através da “cultura material”<sup>10</sup>, que não conhece demarcações

---

<sup>10</sup> Que pode ser entendida como património tangível; evidências físicas, arqueológicas, que caracterizam um determinado grupo social.

fronteiriças coloniais, começava-se a caminhar para a idealização do Projecto de Origens Urbanas (Sinclair, 1998).

Mais tarde, o enfoque das pesquisas passa a ser o estudo cerâmico, sua “distribuição e tecnologia” (Sinclair, 1987: 27). Neste tipo de estudo já se tornava bastante pertinente e comum, as investigações sobre as estações arqueológicas do Distrito de Vilanculos, sobretudo a estação de Manyikeni.

Agora, mais do que nunca, tornavam-se imperiosos os estudos sobre as formações pré-coloniais como “entidades sociais pré-coloniais”, de modo a integrar vários aspectos da cultura material, numa perspectiva do materialismo histórico- Marxista (Sinclair, 1987: 28).

Nascia assim, o “*Programa de Origens Urbanas na África Oriental*”, em 1986, que incidia sobre o “Urbanismo”, como um conceito ligado ao estudo de formas de organização sócio-política, anteriores à presença colonial. Foi, sem dúvida, uma resposta regional á teoria eurocentrista. Para além de Moçambique, estavam integradas as Ilhas Comores, o Quénia, Madagáscar, Somália, Tanzania, Zimbabwe e Zanzibar (Sinclair, 1998: 57; Hassan, 1993: 9).

Sobre Moçambique, a atenção centrou-se em Manyikeni, Chibuene e nas Ruínas Swahili de Somaná. As Ruínas de Somaná, localizadas nas proximidades da Cidade de Nacala, na Província de Nampula, constituem um exemplo único da antiga arquitectura monumental swahili em Moçambique, sendo por isso uma “reliquia única que importa a todo custo preservar” (Duarte, 1988: 64-65). O autor refere ainda que estas ruínas são o exemplo mais à sul da arquitectura swahili (Duarte, 1988: 69). A descoberta destas ruínas, insere-se no contexto das pesquisas arqueológicas sobre as origens urbanas na África Austral e Oriental levadas à cabo pelo DAA / UEM (Duarte, 1993: 61-68).

Um dos grandes ganhos deste programa, foi a participação comunitária, o que preconizava a necessidade de popularizar a Arqueologia. Com este programa, ruía também o mito colonial de que não havia Estados pré-coloniais, pelo menos na costa da África Oriental (Sinclair, 1998: 58-60).

O “*Projecto UOFU*” será a materialização plena de toda esta teoria, sobretudo na apresentação dos resultados obtidos no Distrito de Vilanculos, abrangendo as estações

arqueológicas de Manyikeni e de Chibuenene (Macamo a) S/d: 5). A GTZ complementou estes dados com a extensão do programa até ao Complexo do Bazaruto.

Não obstante existirem várias limitações de natureza logística e financeira<sup>11</sup>, tendo em conta que o país se refazia da guerra de descolonização, e depois, da Guerra Civil, as actividades arqueológicas em Moçambique continuaram e continuam a merecer grande atenção e prestígio (Macamo & Satersdal, 2004: 189-90).

Prova disso, é a riqueza bibliográfica sobre a pesquisa do património arqueológico moçambicano, sob a forma de monografias, artigos, dissertações e publicações diversas. Pode-se ainda mencionar a elaboração da Lista de Monumentos, entre 1978 e 1982; a criação do Museu Arqueológico de Manyikeni<sup>12</sup>, em 1979; a exposição dos resultados da pesquisa arqueológica no norte do país, no âmbito do *Projecto Cipriana* em 1981; a participação do DAA numa exposição sobre origens urbanas, no Zimbabwe, em 1991; a criação do Departamento de Monumentos, em 1991; o desenvolvimento de actividades ligadas à protecção da Arqueologia Subaquática, entre 1994 e 1995, exemplificadas pela participação de Moçambique no debate sobre a pertinência da Convenção Mundial de Protecção do Património Cultural Sub-aquático (Macamo, 1996: 813-14). O reconhecimento nacional, deu-se com a promulgação do Decreto 27 / 94, de 20 de Julho, que regula a actividade arqueológica em Moçambique. Refira-se ainda a realização do Inventário Nacional de Monumentos, entre 1996 e 2003. Actualmente, existe todo um esforço de se actualizar e enriquecer o Inventário, com exemplos e ilustrações, o que mostra que ainda há muito que fazer na área de gestão do património.

Apesar de dizerem respeito á outras áreas de interesse arqueológico, há que referir a participação do DAA em outros projectos como o "*Projecto HRAC*" ("sobre as responsabilidades e contribuição humana nas mudanças ambientais, na África e no Sri Lanka" – Macamo 2003: 1-2); "*Projecto NORAD*" (sobre a pesquisa da arte rupestre em Manica – Macamo & Saetersdal, 2004: 192); plano ou programa de implementação de gestão de arte rupestre de Manica, 2002 (Rock Art Management Training Manual; Macamo & Saetersdal, 2004:192) e ainda o Estudo de Viabilidade de Inhambane (Macamo et al, 2004).

---

<sup>11</sup> Muitas vezes comatada com o apoio internacional, através de instituições como a SIDA / SAREC, GTZ, Instituto Britânico para a África Oriental, em coordenação com o DAA / UEM – adaptado dos autores consultados e de Macamo a) S/d: 4.

<sup>12</sup> Também chamado "Museu ao Ar Livre", e que constitui o primeiro Centro Interpretativo do país.

No concernente à gestão do património histórico-cultural no país, as experiências também iniciam ainda no período colonial, sobretudo a partir de 1972, como o ano de grande actividade da “*Comissão de Monumentos Nacionais e Relíquias Históricas*”, durante o qual se concluíram inúmeros empreendimentos.

A actividade desta comissão resultou, igualmente, na classificação de vários imóveis<sup>13</sup> como “imóveis de interesse público”, que importava preservar para a posteridade. Este sentido de preservação, seguia as “directrizes de protecção ao património histórico-monumental” (*Monumenta*, nº 9, 1973: 73-74).

Outro exemplo, é-nos trazido pelo Relatório colonial sobre a avaliação do “grau de conservação, interesse patrimonial e valor histórico-arqueológico das “*Ruínas do Zimbabwe de Muabsa*”, ou Manyikeni, encomendado pela “*Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*”, em 1959 (Alberto, 1959: 1).

Directa e ou indirectamente, é preciso referir o recurso á testemunhos orais colhidos entre os membros da comunidade circunvizinha de Manyikeni (Muabsa), para explicação de certos factos<sup>14</sup> que ajudaram na elaboração daquele relatório.

Pode-se então dizer que, a participação comunitária no processo da pesquisa arqueológica e gestão do património local, já era uma realidade.

Mais recentemente, pode-se fazer referência às ideias de Ricardo Teixeira Duarte, segundo o qual, no contexto da necessidade de criação duma “*cultura moçambicana*”<sup>15</sup>, o património cultural constitui uma peça-chave (Duarte, 1992: 38). Dito doutra forma, a grande diversidade étnico-cultural do país, distribuída de forma desigual, não deverá constituir obstáculo para a reconstituição da nossa história de “raiz comum”, uma vez que tais grupos, viram-se separados unicamente pelos “condicionalismos da história”, a colonização (Duarte, 1992: 37-38; Ndoro, 2001: 1).

Com este estímulo para a criação ou revitalização da “*Unidade Nacional*”, abria-se caminho para a execução de acções mais específicas relativas á gestão do património histórico-cultural,

<sup>13</sup> Como a “*Mesquita da Rua Salazar*”/ *Mesquita da Baixa*; *Casa de Ferro*; edifício do *Hotel Clube* / actual *Centro Cultural Franco-Moçambicano*, etc.

<sup>14</sup> Ajudaram em aspectos como a localização das “ruínas”; fornecendo relatos da memória de existência dum rio nas redondezas, que acabou por secar – p.2 e 5.

<sup>15</sup> Definindo-a como “conjunto de manifestações bastante diversas”, o que revela a grande diversidade étnico-cultural de Moçambique – p. 38.

assumidas por projectos como o das “*Origens Urbanas na África Austral e Oriental*”<sup>16</sup>, incidindo cada vez mais sobre o Distrito de Vilanculos (Macamo 2003: 1 - 4). Refira-se aqui, o grande apoio da SAREC que impulsionou o envolvimento da comunidade local na gestão do património cultural.

Outro exemplo, é o do “*Projecto GTZ*” que também actuou sobre o Distrito de Vilanculos, cujo trabalho resultou na elaboração de um relatório sobre a “viabilidade de implementação do Turismo Cultural” e gestão do património na Província de Inhambane. Para a sua elaboração, foi também bastante importante a participação da comunidade local.

O cenário aqui exposto mostra a necessidade de se pautar pela interdisciplinaridade, sobretudo entre a História, Arqueologia e Antropologia, como forma de se enriquecer a pesquisa arqueológica em Moçambique, principalmente no que diz respeito às fontes (Morais, 1992: 301 – 303). A interdisciplinaridade facilitará a comunhão de ideias e acções referentes á gestão dos recursos arqueológicos e culturais do país.

O historial apresentado ajuda a perceber que a Arqueologia é uma área com muita coisa a ser explorada e que cada vez mais se torna necessário estimular estudos similares à este.

### 2.3. Contexto Temporal de Estudo

O marco inicial deste trabalho, é o ano de 1992, como o ano da assinatura dos Acordos Gerais de Paz, á 4 de Outubro, na Cidade italiana de Roma, entre o Governo Moçambicano e a RENAMO, marcando o fim da Guerra Civil que assolou o país durante quase duas décadas.

Findo este conflito, paulatinamente, deixa de se fazer sentir o grande clima de insegurança generalizada, que iníbiu a livre circulação de cidadãos, inclusive os pesquisadores (Sinclair, 1987: 19; Hall, 1996: 44). Esta situação de instabilidade dificultava o relacionamento entre as pessoas, sobretudo se pensarmos na relação comunidade – técnicos de gestão do património e académicos. Era praticamente difícil e quase impossível, pensar-se na implementação viável

---

<sup>16</sup> Que quando passa a “contemplar o apoio necessário ao tratamento adequado” dos achados arqueológicos, dos artefactos, assume a designação de “Projecto UOFU”, por dar continuidade ao que já fora iniciado – p. 4 – 5.

de projectos de gestão do património, ainda mais com a participação comunitária. Prova disso, é que o próprio “*Projecto UOFU*”, iniciou em 1997 (Macamo 2003: 4), sob proposta da comunidade de Manyikeni (Sinclair, 1998).

Como marco final do presente trabalho tem-se o ano de 2004, como o ano do término do “*Projecto UOFU*”, iniciado em 1997, que visava a “popularização da Arqueologia junto das comunidades locais, a exemplo das estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene” (Macamo 2003: 4-5).

Este projecto, teve um grande contributo na disseminação do importante papel comunitário na gestão do património histórico-cultural.

Em Moçambique, este projecto constitui experiência ímpar e de grande valor na preservação do património cultural, pelo que não dar prosseguimento ao que já foi iniciado, seria como que desprestigiar este projecto. Este trabalho pretende mostrar que ainda há muito por fazer.

Poderia ser legítimo abarcar-se um período de abordagem relativamente longo. Contudo, tendo em conta que o nosso enfoque é a participação comunitária na pesquisa e gestão arqueológica, o desenrolar da *Guerra Civil* tornou menos habitual esta prática<sup>17</sup>, retomada anos depois deste conflito armado.

Com o fim deste conflito, foi possível partir-se para acções mais concretas em relação à participação comunitária na pesquisa arqueológica, usando o exemplo do *Projecto “UOFU”*, que marca a continuidade do “*Programa de pesquisa sobre as Origens Urbanas na África Austral e Oriental*”, iniciado na década 90.

O *Projecto UOFU* mostrava-se exemplar por ter pautado por uma perspectiva regional de disseminação dos resultados das investigações arqueológicas, contribuindo para a implementação da necessidade de “popularizar a Arqueologia” (Hassan, 1993: 7).

---

<sup>17</sup> Considerada uma realidade do pós-independência, pois “desde 1975 houve uma interacção próxima com a comunidade, como um padrão da arqueologia moçambicana – Sinclair, 2004: 174-178.



Este desenvolvimento na pesquisa arqueológica, ia facilitando a formação de académicos africanos a trabalharem numa amplitude regional, e o fortalecimento de intercâmbio entre instituições académicas africanas e suecas (Hassan, 1993: 7).

Os marcos cronológicos escolhidos para delinear o presente trabalho, 1992 – 2004, ajudam a perceber o quão importante é a relação a estabelecer entre a gestão do património e a participação comunitária, por garantirem que em tempo de paz, de maior circulação, segurança e de estabilidade política a preservação do património simbolizado em Manyikeni e Chibuene, se possa tornar numa realidade.

### Capítulo 3. Gestão do Património e Participação Comunitária

Neste capítulo, o principal objectivo é discutir a forma de abordagem sobre as experiências de gestão do património á nível do Distrito de Vilanculos, com especial enfoque para as estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene.

Para ajudar a perceber esta questão, serão usados exemplos nacionais, regionais e internacionais de modo a estabelecer um quadro comparativo e avaliar o estágio de desenvolvimento de experiências do género á nível de Vilanculos e do país em geral.

Como já foi referido no ponto 1.2 do presente trabalho, o Distrito de Vilanculos localiza-se na zona sul de Moçambique. Ekblom (2004: 13), caracteriza-a como uma região dominada pelo uso do Xitswa como grupo linguístico<sup>18</sup>, a par da língua portuguesa. A autora refere-se ainda, tratar-se de uma formação linguística ligada à dinâmica dos movimentos Tsonga do Século XVIII. Deste movimento, resulta a homogeneização das populações pré-existentes e dos próprios Tsongas (Ekblom, 2004: 13).

Mesma linha de pensamento segue Duarte (1987: 21), acrescentando que os Tsonga estão distribuídos por todo o sul do país, quadro no qual se pode distinguir os Xitswa.

Em Vilanculos domina a organização social do tipo patrilinear, tal como em toda região à sul do Zambeze (Duarte, 1987: 21; Ekblom: 2004: 14).

No contexto da Guerra Civil que assolou Moçambique, podem ter ocorrido influências de grupos culturais de outros pontos do país, dada deslocação de pessoas de um ponto para outro. Pode-se citar como exemplo de mudança, a variação da densidade demográfica<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Vêr mapa em anexo.

<sup>19</sup> Em 1980, o número de habitantes era de 153. 892; em 1994 era de 113. 086; em 1997 era de 106. 371. Dados extraídos do Perfil distrital de 1997, elaborado pelo ACNUR / PNUD, p. 3.

### 3.1- As Estações Arqueológicas

A *estação arqueológica de Chibuene* (fig 3) está localizada a 5 km sul de Vilanculos, cerca de 700 km norte de Maputo, na zona costeira do sul de Moçambique, na Província de Inhambane. Em termos de coordenadas geográficas, a sua localização é 22° 02' 00" S, 35° 19' 30" (Sinclair, 1987: 86). Pode-se ainda afirmar que se localiza a cerca de 50 km de Manyikeni (Macamo, 2003: 22; Ekblom, 2004: 89; Duarte, 1988: 62), entre a desembocadura do Zambeze e do Limpopo (Macamo c), 1995: 3, citando Hall, 1987). Descoberta por Paul Sinclair em 1977, esta estação é considerada o "maior concheiro"<sup>20</sup> conhecido na África Austral", (Macamo, 2003: 23; Macamo c), 1995: 3).

As escavações feitas por Paul Sinclair, Leonardo Adamowicz, C. Lindqvist e, mais recentemente, Anneli Ekblom (Ekblom, 2004), fazem referência a três fases de ocupação, sendo que a última "compreende um povoado bastante extensivo e contemporâneo com Manyikeni e a parte tardia da Tradição Zimbabwe" (Sinclair, 1987: 87; Macamo, 2003: 23).

Datada do I ao II Milénio AD, a descoberta desta estação relançou a discussão sobre a integração da zona costeira sul de Moçambique na "rede comercial do Oceano Índico". Até então, "Sofala era considerada a estação com vestígios mais antigos" do comércio a longa distância (Sinclair, 1987: 86 – 87 e 91). Dum modo geral, as evidências desta integração no comércio a longa distância, resumem-se em fragmentos de vidro (de origem Persa); porcelana (persa ou chinesa); missangas da Índia; ouro do Planalto do Zimbabwe (Macamo, 2003: 22, citando Sinclair 1987). Cite-se ainda, cerâmica de origem islâmica sassânida (Macamo, 2002: 2; Sinclair, 1987; Duarte, 1993). Considerada a "estação mais rica em produtos exóticos na costa moçambicana" e estando localizada a cerca de 250 km sul de Sofala, Chibuene documenta a "mais interessante ocorrência das primeiras trocas comerciais", particularmente no âmbito das "recentes evidências sobre diferenciação social (...)" a sul de Moçambique (Sinclair, 1987: 90).

Em termos de cultura material, em Chibuene, durante a primeira fase de ocupação ocorre a Tradição Matola e a Tradição Gokomere-Ziwa (Macamo, 2000: 2; Macamo, 2001: 1) e ainda

---

<sup>20</sup> Termo usado para fazer referência aos "restos de cozinha e de desperdícios diversos, fundamentalmente constituídos por conchas, situando-se sobretudo junto à costa, no topo de dunas costeiras. Os concheiros, ajudam a explicar os primeiros povoamentos costeiros em Moçambique. São exemplos, os concheiros de Chongoene e Xai-Xai (em Gaza); Matola (em Maputo); Chibuene (em Inhambane). In: Macamo b) 1995: 8; Macamo, 2003: 26).

a TIW (Ekblom, 2004), o que pode ajudar a explicar a expansão das duas culturas materiais, e eventuais trocas comerciais à nível regional. Há ligações comerciais com Manyikeni que coincide com a Tradição Zimbabwe, durante a segunda fase de ocupação de Chibuenne (Sinclair, Morais et al, S/d: 419 – 20; Macamo 2003: 2; Ekblom, 2004: 101).

Para explicar o longo período de ocupação de Chibuenne, desde cerca de 7 mil anos AD, faz-se referência à “adopção de estratégias de gestão ambiental” que passava, dentre outros aspectos, pela “criação e desenvolvimento de redes sociais á escala local, regional ou inter – regional” (Ekblom, 2004: 147- 49).

Um aspecto comum das pesquisas arqueológicas em Chibuenne, foi o contributo da comunidade local, que participou directa e ou indirectamente em vários projectos aqui implementados, como o “Projecto HRAC”<sup>21</sup> (“sobre o impacto humano nas mudanças ambientais na África e no Sri Lanka”), que questionava se as “estratégias na procura de alimentos coincidiam com as mudanças ambientais (Macamo 2003: 1 – 2 e 11). Outro, foi o “Programa de Origens Urbanas na África Oriental”, sobre as formações pré-colónias naquela região (Sinclair, 1998: 60 – 61).

A tendência para a participação comunitária nas pesquisas arqueológicas, tem conduzido ao desenvolvimento de importantes esforços para a disseminação ou popularização dos resultados de tais pesquisas, sob a forma de cartazes, brochuras, etc (Macamo 2003: 10). Este é já, um importante passo para o desenvolvimento de actividades ligadas, particularmente, ao Turismo Cultural local.

A *estação arqueológica de Manyikeni* (fig. 4) obedece ás seguintes coordenadas geográficas, 22° 11' 05'' S; 34° 50' 42'' E, estando localizada á 50 km da costa, próximo de Vilanculos; á 133 km sul do Rio Sábi (Save?) e 194 km norte de Inhambane (Garlake, 1976: 25). Sinclair, fala de 22° 14' 00'' S; 34° 48' 30'' E, situada á 52 km oeste de Vilanculos (Sinclair, 1987: 91). Manyikeni, está á 440 km a sudeste do Grande Zimbabwe e á 50 km da costa do Oceano Índico, no norte da Província de Inhambane<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Um dos frutos deste projecto, é a monografia de Anneli Ekblom, resultado da sua Tese de Doutoramento, 2004, “Changing Landscapes”.

<sup>22</sup> Panfleto do “Museu Arqueológico de Manyikeni”.

Dito doutra forma, está “nas terras do Régulo Muabsa, cerca de 4 km à norte da estrada que do Mapinhane segue para o Mabote (Simane), um pouco adiante da povoação de Quetane” (Alberto, 1959: 1-2)<sup>23</sup>. Barradas (1972: 45), citando um Atlas escolar de 1900, atribui à Manyikeni, a designação de “Sibomo”. Roza de Oliveira (1973: 52), afirma que Manyikeni foi descoberto por um administrador colonial, Alberto Rocha, em 1954. Pensa-se que o mais correcto seria afirmar que a partir daquela data, Manyikeni foi dado a conhecer às autoridades coloniais.

Datado do II Milénio AD, Manyikeni constitui um amuralhado que se localiza mais próximo da costa, sendo considerado um centro regional do Grande Zimbabwe (Macamo 1995: 2). É um “Estado Pré-colonial”, datado de 1200 – 1700 (Macamo, 2005). Esta localização, mais para o oriente, dá-lhe “mais proximidade com a costa” (Garlake, 1976: 25; Duarte, 1988: 61). Os importantes estudos sobre cerâmica aqui efectuados (Sinclair, Morais et al, 1993: 412), tornaram Manyikeni alvo de grande interesse por parte de vários investigadores, como J. R. dos Santos Júnior (1935); Lerenno Barradas (1961); Summers (1971); Peter Garlake (1975); João Morais (1975). Estes estudiosos, tiveram um grande apoio do Instituto Britânico para a África Oriental (Sinclair, Morais et al, 1993: 412). Também a Universidade Eduardo Mondlane levou à cabo um programa de estudos em Manyikeni, entre 1975 – 1976, com apoio daquele instituto, com o fito de se criar uma base de dados para responder às demandas académicas e das novas ideias na “Arqueologia espacial e comportamental” da altura (Sinclair, 1987: 91).

Habitado entre 1200 e 1600 AD, sendo que a primeira ocupação é datada de cerca de 1170 – 1180 AD, (Garlake, 1976: 25), Manyikeni terá constituído um importante entreposto comercial entre o interior e a costa. Controlou a Baía de Vilankulo e assegurou um rápido escoamento de mercadorias como missangas de vidro colorido, braceletes de cobre e ferro, porcelana, loiça vidrada e finas garrafas de vidro, colares de conchas marinhas, olaria (Macamo, 2003; 45) da costa para o interior. A sua arquitectura, localização geográfica, técnica de construção e função, fazem-nos concluir que se está perante um “*Madzimbabwe*”<sup>24</sup>

<sup>23</sup> In: Relatório colonial sobre as “Ruínas do Zimbabwe de Muabsa”, 1959.

<sup>24</sup> Plural de “Dzimbahwe”, termo Shona que designa a “residência dum chefe”. Os “*madzimbabwe*” caracterizam-se pela sua localização junto às margens de rios, para a criação de gado; no cimo de montes, “em trechos de amuralhados (...) para formar um espaço cercado”; (...) sua disposição interna revela traços de diferenciação social. Macamo b) 1996: 1-2.

(Sinclair, 1987). Esta sua relação com o Grande Zimbabwe e culturas afins, constitui aspecto de consenso entre os vários autores.

As conclusões sobre a diferenciação social começam a surgir quando se passa a estudar a área externa do amuralhado, ocupada pelos camponeses, o que permitiu a comparação de dietas cujos resultados favoreciam sempre a elite vivendo no interior (Macamo 1996: 2). Morais (1992: 308), fala de outras evidências como a diferença do tipo de habitação dentro e fora do amuralhado, sendo que “dentro as casas eram mais amplas, a olaria mais elaborada, a dieta abundante em gado bovino, em contraste com a carne selvagem ou de ovicaprinos, do lado de fora”. As conclusões sobre a dieta alimentar, basearam-se nos estudos de Barker (1978), citado por Ekblom (2004: 95). Alguns dos objectos aqui encontrados, como o gongo, missangas de vidro e de ouro, “objectos rituais de ferro”, revelam a existência de classes privilegiadas, em termos de poder económico e político. A simples existência de um amuralhado faz pensar na existência de diferenciação social, pois a estrutura que constitui o amuralhado separa classes privilegiadas pelo poder económico e político, do resto dos habitantes (Sinclair, 1998: 96).

Portanto, Manyikeni “testemunha a actividade comercial interior e costeira, através de Chibuene e do Grande Zimbabwe e, acima de tudo, através da sua organização social, elite dentro e a comunidade fora do amuralhado, revela traços de diferenciação social que ajudam a sustentar o argumento da existência de formações sócio-políticas pré-coloniais (Sinclair, 1998: 96).

Esta discussão teórica, trazida á tona pelas pesquisas em e sobre Manyikeni, resultou na criação do “Museu Arqueológico ou ao Ar Livre de Manyikeni”, em 1979, como o “primeiro Centro Interpretativo<sup>25</sup>”. A criação deste museu contou com o apoio da SIDA / SAREC, projecto retomado pelo “*Projecto UOFU*”, em cooperação com o DAA / UEM (Macamo a, 1996: 814; Macamo & Saetersdal, 2004: 190). O apoio da comunidade local foi muito importante (Hall, 1996: 44). Esta experiência tornou Manyikeni um bom exemplo de interactividade entre a pesquisa arqueológica e a sua ligação com museus. Comprovando esta ideia, Moffet (1990: 13-16), define museu como uma das importantes “caras públicas da Arqueologia”, pois é no museu que o público visualiza o trabalho dos arqueólogos.

---

<sup>25</sup> Local que comunga a exposição e a conservação do “Património Vivo”, onde as pessoas podem trazer seu património, “tocar” e sentir o significado do que está exposto, tendo-se a ideia de se estar perante um “criação da atmosfera do passado”, o que nos torna mais sensíveis á interpretação do mesmo. (Stephens, 2005, com. Pes).

O museu de Manyikeni, mostra uma parte do património pré-colonial (Sinclair, 1987: 99). Contudo, o intensificar da *Guerra Civil* não permitiu o desenvolvimento pleno deste museu, o que não apaga o prestígio de Manyikeni como um bom exemplo de coordenação entre as autoridades, políticas e académicas, e a comunidade local. Em 1978, ano anterior ao da criação do Museu Arqueológico, a pesquisa arqueológica contou com o apoio voluntário de cerca 400 membros da comunidade local. Esse facto, garantiria uma contínua contribuição didáctica para a comunidade local (Hall, 1996: 44).

Uma vez que, tanto Manyikeni como Chibuene, funcionaram como importantes pontos de intercâmbio sócio-económico e, acima de tudo cultural, importa olharmos para ambas como fontes de inspiração para o renovar de acções de preservação do património histórico-cultural e exemplos de "Património Vivo". Ao mesmo tempo, chama-se atenção para a grande potencialidade local, para o desenvolvimento do turismo cultural, processo no qual a comunidade e agentes económicos locais, deverão surgir como intervenientes importantes.

### 3.2. Gestão do Património

Na tentativa de melhor se perceber o papel das estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene, no contexto da gestão do património e participação comunitária, foi efectuado o trabalho de campo, que consistiu na visita ao Distrito de Vilanculos, em particular áquelas estações, durante o mês de Março de 2006.

O principal objectivo desta ida ao terreno, era avaliar o grau de eficácia do método de participação comunitária em processos de gestão do património. Manyikeni e Chibuene foram privilegiadas pelo facto de terem sido locais anteriormente escolhidos como pontos de acção do *Projecto UOFU*. Nesse processo aliou-se o significado histórico-arqueológico e cultural das duas estações, à nível nacional e regional, no contexto do "*Urbanismo*" e da constituição dos primeiros Estados pré-coloniais. A realização deste trabalho contou com o apoio logístico e material do Projecto "*African Networking*", com apoio da ASDI / SAREC, em colaboração com o DAA / UEM e a Direcção Nacional de Cultura.

Em Vilanculos, o apoio foi-nos dado pela Direcção Distrital de Cultura, na pessoa de seu Director, Fabião Chibebe e de Alfeu Marrucane, guia e tradutor nesta expedição, pelo Conselho Municipal, incluindo o Presidente e Vereadores (fig. 5), agentes turísticos locais,

professores e estudantes, da *Escola Primária de Muabsa, Secundária Padre Gerardo Gumiero e Secundária de Vilanculos*.

Como refere grande parte dos autores consultados, a gestão do património, eficaz e completa, é garantida pela participação comunitária local, como forma de torná-la parte integrante de tal processo. As vantagens são inúmeras, a começar pela maior atenção que se passa a dar ao património intangível, a partir da valorização e respeito pela carga simbólica que o património encerra para a comunidade. O relato dos membros da comunidade, e a informação passada de geração para geração, pode ajudar a reinterpretar factos da história local, moçambicana.

Neste sentido, as várias pesquisas arqueológicas realizadas no Distrito de Vilanculos, demonstraram ser possível “combinar os interesses da pesquisa arqueológica com as necessidades locais da comunidade, tomando como pontos de referência a estação de Manyikeni<sup>26</sup> e Chibuene<sup>27</sup> (Macamo, 2003: 3, 10 e 11).

Trata-se de uma “mudança de atitude”, caracterizada por uma maior valorização da “ideia de pesquisa arqueológica virada para a comunidade e com a participação desta”. Esta ideia foi primeiramente difundida e implementada pelo *Projecto UOFU*, em Manyikeni, depois paulatinamente generalizada pelo Distrito de Vilanculos e pela Província de Inhambane (Macamo, 2003: 9-10).

Esta metodologia tem sido tendência actual, também á nível regional (Segoby, 2005: 81), funcionando como uma espécie de suporte para a Arqueologia, dada exiguidade de fontes escritas sobre a história mais remota de África. Esta prática estende-se, para além do património intangível, do saber popular, da memória colectiva, ao património tangível, como as pinturas rupestres (Pwiti & Mvenge, 1996: 819). Scheermeyer (2005: 122), chama atenção para a ténue fronteira entre o que é património tangível e o intangível, pois de certa forma acabam por dizer respeito á uma só cultura.

Na década 90, desenvolve-se uma nova percepção do importante contributo da comunidade em relação á pesquisa arqueológica. Estava a nascer uma nova dinâmica ideológica assumida pela UNESCO, altura em que se realizam várias reflexões sobre a existência de diversas concepções de “Património Cultural” á nível mundial. A base destas reflexões era a

---

<sup>26</sup> Com participação comunitária local voluntária, no apoio ás escavações e participação diária e continua no processo de investigação arqueológica –Macamo, 2003: 10.

<sup>27</sup> Onde o “saber popular” foi importante na interpretação das mudanças ambientais locais, ao longo dos tempos, no contexto do *Projecto HRAC* –Macamo, 2003: 11.



*Convenção de 1972 da UNESCO, sobre a "Protecção do Património Cultural e Natural Mundial". Isto nasce da chamada "Estratégia Global" de responsabilização em relação à preservação do património cultural nacional e internacional, mundial. O objectivo era uma maior integração do património cultural em todo o tipo de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, na esperança de promover a cooperação internacional em questões de preservação do património.*

O resultado é o "*Our creative Diversity*", relatório da UNESCO que incentiva uma maior atenção e valorização do património intangível. Este património é representado por estações arqueológicas, locais de valor espiritual e sagrado, paisagens naturais, fugindo um pouco do ênfase dado ao património edificado (Biörnstad, 1998: 141; Saouma – Forero, 1998: 148-149).

Anteriormente, a maior atenção sobre o património edificado, tangível, tornava a Europa recordista de candidaturas na "*Lista do Património Mundial*". Este facto foi criticado pelo Director Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, por "marginalizar um vasto leque de expressões culturais que são, geralmente, pertença dos países do sul – entenda-se África – e que são cruciais para o mapa da diversidade cultural"(MINEC / DNPC, 2002: 19) e relegava o património africano, relativamente pobre em fontes escritas e património edificado, para segundo plano. Apesar de pouco notória, a tendência parece ser de mudança deste cenário (Munyaradzi, S/d).

Com a mudança do cenário acima referido, o património intangível ganha reconhecimento internacional (MINEC / DNPC, 2002: 20), tornando-se uma mais-valia na protecção de estações e locais históricos (Scheermeyer, 2005: 122). Espera-se assim, um maior empenho de arqueólogos e africanistas, na exploração do papel da Arqueologia africana no contexto do século XXI, de um mundo globalizado e de crescente desenvolvimento cultural (Segoby, 2005: 79-81).

De notar que em Moçambique, o património intangível foi sempre valorizado, como comprovam os trabalhos desenvolvidos pelo ARPAC (actual Instituto de Investigação Sócio-Cultural).

O período pós-independência, sobretudo na região Sub-Sahariana, vem lançar e difundir a ideia de "busca das raízes", do "Renascimento Africano", da história africana abalada pela

presença colonial, usando-se a Arqueologia como uma das principais ferramentas. Para além da negação à teoria eurocêntrica, de que a história de África começa com a colonização, começava-se a perspectivar a ideia de construção de uma identidade nacional. Esta ideia está assente numa maior valorização do património como fonte de orgulho nacional sem se atender às fronteiras geo-políticas imputadas pelo regime colonial. Seria esta a forma de se fazer valer a ideia de “*Unidade na Diversidade*”. Neste contexto, a comunidade tem muito a dizer, representando o património vivo paralelamente ao testemunho material das estações arqueológicas.

Qual o papel a ser assumido pela comunidade, neste contexto de preservação do património histórico-cultural? Considerando o seu papel de “guardiã da história”, da cultura de um povo, de um país, a comunidade melhor do que ninguém sabe o que se deve preservar, como parte do seu património (Scheermeyer, 2005: 122). A comunidade atribui o valor simbólico ao que se pretende preservar como património material (S.N.M.A, 1979: 2 e 3).

Esta reflexão conduz à noção de “*autenticidade*”, do que é originalmente ligado àquela comunidade, à sua cultura. Em relação a este conceito, Walderhaug-Saetersdal (2000: 166), lança um debate que gira em torno dos vários significados que lhe são atribuídos, destacando-se o que estabelece uma relação entre este conceito e o contexto do património mundial, como algo que varia de cultura para cultura. O que é consensual entre tais significados, é a questão da relatividade do conceito “*autenticidade*”. Já Feilden & Jokilehto (1998: 17), referem-no como aspecto crucial na avaliação dos recursos culturais.

Uma vez que é seu dever salvaguardar o seu próprio património (Muyaradzi, S/d: 2), a comunidade deve saber a importância de preservar o seu passado, começando pela valorização do património arqueológico (Macamo, 1996: 816). Respeitando este ideal, estar-se-ia a garantir o “*empowerment*” (literalmente traduzido “*empoderamento*”) da comunidade, sobretudo em casos em que ela tenha estado “*marginalizada*” do seu património (Munyaradzi, S/d; Segoby, 2005: 81).

Este conceito “*alienada*”, “*marginalizada*”, “*desligada*”, referido por vários autores consultados<sup>28</sup>, deverá ser analisado em contextos específicos: o da vigência do colonialismo

---

<sup>28</sup> Ndoro, 2001; Duarte, 1992; Segoby, 2005; Munyaradzi, S/d; S.N.M.A, 1979 e Macamo, 2003.

em África, cujas condições sócio-políticas e económicas específicas, inibiam manifestações culturais africanas, que não dissessem respeito apenas á ideologia colonial, de opressão. Outro contexto, é o do eclodir de conflitos armados civis, no pós-independência, que levaram á dispersão de muitos indivíduos de seus locais de origem e, logo, do seu património. Um terceiro aspecto, e o mais importante, é que no contexto da execução de projectos ou programas de gestão do património, a comunidade local teria sido menos participativa, do princípio ao fim. A excepção era por questões pontuais, como a ajuda na localização de estações arqueológicas e outros sítios de valor histórico-cultural como foi o caso da localização de Manyikeni ou “Zimbabwe de Muabsa”, durante o período colonial (Alberto, 1959; Grilo, 1959).

A nossa atitude, como académicos ou simples membros da comunidade, é perceber e lembrar sempre que o património histórico-cultural nacional é constituído por factos positivos e negativos, cuja combinação vai constituir o processo histórico como um todo indissociável (Biörnstad, 1998: 139). Esta reflexão, poderá ajudar a perceber que no contexto da gestão do património, devemos seguir uma linha evolutiva dos factos e eventos, desde a história pré-colonial e pós-colonial, para que não se pense que a ideia de se preservar o património começou com o colonialismo (Munyaradzi, S/D: 3).

Com a colonização veio o chamado “*sistema moderno*” de gestão do património, assente na legislação específica, técnicas actuais de conservação e restauro, ainda hoje usadas, que se vai opôr ao também chamado “*sistema tradicional*” de gestão do património ou “*custódia tradicional*”. Este sistema é caracterizado por um conjunto de restrições e tabús, de manifestações culturais ligadas ao simbolismo e espiritualismo relacionados com a evocação aos antepassados<sup>29</sup>.

Este choque de ideologia e metodologia de gestão do património, no contexto actual, a envolver<sup>30</sup> técnicos e gestores do património, que embuídos em valores profissionais e académicos, poderão tentar impôr um certo ar de “*modernização*” e seu saber empírico ao processo de gestão do património. O seu saber empírico, muitas vezes, não tem em conta a sensibilidade da comunidade. A comunidade, movida por factores emocionais, que a ligam

<sup>29</sup> Munyaradzi, S/d: 3; Garlake, 1996: 27; relatos das entrevistas realizadas no âmbito do trabalho de campo; Katsamudanga, 2003: 17.

<sup>30</sup> Dados a serem apresentados, referenciados por Katsamudanga, 2003: 9-17; Munyaradzi, S/d: 2; Segobye, 2005: 80; Ahn, 1998: 63; Abungu, 1998: 143; Folorunso, 1996: 798.

directamente ao património a preservar e ao espaço, à terra onde se localiza, passados para si de geração para geração, assume-se como “legítima proprietária” deste património. Assim, ninguém, melhor do que a comunidade, sabe como preservar o património. O acesso à terra assume-se, assim, como um factor importante.

Mesma linha de pensamento seguiram os membros da Localidade de Muabsa, em relação à Manyikeni, entrevistados no contexto da realização do trabalho de campo (fig. 6 e fig. 7), argumentando que se têm afastado um pouco da preservação daquela estação – sobretudo quanto à limpeza do capim que circunda Manyikeni – porque se têm sentido um tanto ou quanto “marginalizados” pelos projectos de gestão do património ali implantados, inclusive algumas queixas, no mesmo sentido, em relação ao *Projecto UOFU*.

A interpretação dos entrevistados em Muabsa, deve ser vista de acordo com o que eram os preceitos do *Projecto UOFU*. Um dos aspectos frisados foi a falta de dinheiro, contudo, o projecto não previa pagamento em espécie. Através da formação de “grupos de contacto” à nível local, foi possível obter-se outro tipo de benefícios, como o abastecimento de água, graças ao apoio do governo provincial de Inhambane. Quando o projecto acabou, a população local foi informada. Talvez o que tenha causado tal má impressão, tenha sido o facto de a população não idealizar um fim do projecto. A viabilidade do projecto, já estava bastante limitada por uma gestão a partir de Maputo e por questões logístico-administrativas locais (Macamo, com. pes., 2006), situação revista com a elaboração do Estudo de Viabilidade (Macamo, et al, 2004).

Envolvidos no impasse ideológico em relação aos sistemas tradicionais e modernos de preservação do património, estão também as autoridades tradicionais, com o papel de líderes comunitários e, logo, também apologistas do “*sistema tradicional*”. O outro papel é o de representantes do governo, e portanto veladores do “*sistema moderno*”, perspectivando o desenvolvimento económico local, sobretudo na área turística. Torna-se difícil a situação das autoridades tradicionais que devem tentar contrabalançar os dois papéis. Outro leque de envolvidos, diz respeito às autoridades políticas locais à nível provincial, distrital e da localidade que, priorizando a gestão do património olha para a “*modernização*”, como um atractivo para investimento económico local, à nível do turismo e outros empreendedorisismos afins. Por fim, tem-se os estudantes, sobretudo das escolas secundárias locais, que ouvindo

relatos históricos sobre o património local, podem combiná-los com a sua formação intelectual para eventuais perspectivas acções de preservação do seu património.

Tentando amainar os factos, Ahn (1998: 66), usando o caso da cidade vietnamita de Hanoi, refere que a “sede de modernização” é tanta, que não importa que se destrua total e ou parcialmente o património histórico-cultural. Muitas vezes parece-nos ser mais fácil votar pela modernização, devido ao mau estado de conservação de vários monumentos, estações arqueológicas e sítios de valor histórico. Contudo, Folorunso (1996: 798), refere que “desenvolver não é destruir estações arqueológicas” e outros locais de interesse histórico-cultural. Os argumentos destes autores, servem para citar o caso da reabilitação da Mesquita da Baixa (entre 2004 e 2005), perdendo a sua originalidade que lhe tinha permitido ser classificada como bem do património moçambicano.

Hoje em dia, a tendência tem sido a de aliar o conceito desenvolvimento á valorização da cultura, ideia que tem sido enfatizada na “*Agenda Política Internacional*” (Biörnstad, 1998: 140).

Macamo (1996), Ngoro (2001), Mugaradzi (S/d), Folorunso (1996), Pwiti & Mvenge (1996), Katsamudanga (2003), Maradze (S/d), Deacon (1996) entre outros autores, trazem-nos cenários diferentes deste conflito entre o “*tradicional*” e o “*moderno*”, para os casos de Moçambique, Zimbabwe, Botswana, Nigéria e África do Sul. Tais exemplos, ajudam-nos a reflectir sobre a internacionalização deste choque de ideias. Talvez a solução, pelo menos teórica, passe por uma maior clarificação do papel específico de cada interveniente no processo de gestão do património conforme preconizado no *Plano Estratégico 2003 – 2007*, do então Ministério da Cultura

A tarefa de encorajar a participação comunitária na preservação do património, passa por um “tremendo esforço educacional”. É o caso, da criação de “Museus locais”, ligados especificamente á comunidade do local onde se localiza uma estação arqueológica ou local histórico. O treinamento adequado dos membros da comunidade, deve ser sobre questões de preservação. Algumas questões devem ser porquê preservar o património e como fazê-lo (Adeloye, 1995: 22 e 24). Scheermeyer (2005: 122). Também comunga da mesma ideia, mas acrescenta o conceito “*reeducação*” da comunidade, o que pressupõe que a comunidade já é detentora de um conceito próprio de preservação, o “*sistema tradicional*”, mas que precisa ser combinado com a gestão formal ou legal do património ligado ao “*sistema moderno*”.

A questão de treinamento adequado ou qualificado, é igualmente abordada por Arinze (1995: 37) e Abungu (1998: 140-143), que fazem referência ao *Programa Africa 2009*. Este programa foi lançado em 1993, e estava assente na conservação do património, com apoio institucional internacional, da ASDI e da UNESCO. Referir ainda a necessidade de formação de técnicos qualificados africanos para trabalharem por África. King & Nahn (2005: 14), avaliando a eficácia deste programa, deixam transparecer como uma das suas principais preocupações, a classificação de estações, locais históricos e outras manifestações culturais africanas, para a lista do património mundial. Exemplo disso, pode ser a recente nomeação da Timbila (dança típica de Inhambane) e da dança Nyao (de Niassa). No entanto, aqueles autores e Konate (1995: 17) chamam atenção para que se tenha em conta as condições sócio-económicas de cada país e a realidade local, para evitar generalizações. Isso significaria partir-se da base para o topo e não no sentido inverso, em questões de gestão cultural (S.N.M.A, 1981b: 2; vêr por exemplo Macamo, 2005).

A preservação do património nem sempre é vista como componente necessária para o processo de desenvolvimento económico. Isso conduz á uma fraca ou quase nula aplicação adequada dos instrumentos legais e administrativos, inventários nacionais, políticas de planificação, conservação e gestão do património e dos programas ligados ao envolvimento de políticos e das comunidades locais. A falta de pessoal qualificado para implementação de políticas de preservação do património é um entrave (Abungu, 1998).

O que significará a gestão do património combinada com a participação comunitária? Esta, passará pela consideração em relação ás necessidades locais e regionais; estabelecimento da relação entre a preservação e o crescimento económico; incentivo para a participação complementar de autoridades nacionais, públicas e privadas. Isso envolve também o investimento turístico cultural. Outros aspectos incluem o respeito, estímulo e fortalecimento da continuidade entre o “*tradicional*” e o “*moderno*”, mas acima de tudo, ter em conta o nível de exequibilidade de implementação das políticas de conservação, assentes na especificidade de cada país (Abungu, 1998: 143).

Aspecto importante, é que a participação comunitária garante que a comunidade seja a principal beneficiária de projectos, programas ou acções tendentes à preservação do património. No caso de Manyikeni, a comunidade local beneficiou-se da abertura de uma fontenária (fig. 8), já anteriormente referido. Este benefício significará uma maior

representatividade comunitária local e nacional, o que implicará que seja preservado não só o património tangível, mas também o património intangível e toda a carga simbólica que este encerra. Significará igualmente que, no processo de gestão do património e do desenvolvimento económico local, membros da comunidade sejam empregues como guias turísticos. Outro tipo de emprego seria na construção, reabilitação ou restauro de edifícios, monumentos históricos e outras infra-estruturas para fins turísticos (como hotéis, restaurantes). O auto-emprego, sob a forma de produção e venda de produtos manufacturados, normalmente peças de artesanato, exibição do folclore local para fins lucrativos, quando devidamente regrado, é salutar (MINEC / DNPC, 2002: 21; Macamo, 2003: 5).

Por tudo isto e porque a participação comunitária é crucial, incentiva-se o trabalho de coordenação entre a comunidade, técnicos de gestão do património, instituições académicas e financiadores de projectos de gestão. Reconhece-se não ser um processo fácil, por cada uma das partes envolvidas defender interesses próprios, que lhe são outorgados pelo conjunto da legislação aplicável á gestão do património (Scheermeyer, 2005: 125). Neste contexto da necessidade de coordenação, o Museu Arqueológico de Manyikení (criado em 1979), constitui um “excelente e encorajador exemplo de coordenação entre as autoridades e a comunidade local”. Realça-se pelo facto de a gestão do património cultural em Moçambique, em comparação com outros países da região, estar ainda relativamente atrasada (Macamo & Saetersdal, 2004: 190). Contudo, há muito que já foi feito incluindo os esforços recentes que conduziram ao reconhecimento das responsabilidades nacionais para com a conservação da Ilha de Moçambique, classificada como património mundial, através da aprovação dos seus Estatutos Orgânicos, pelo Conselho de Ministros.

Moçambique não esteve alheio ao desenvolvimento cultural que ia tomando conta do mundo. Isso revela-se pela crescente preocupação em termos de actualização da legislação adequada á gestão do património, que passa a prestar cada vez mais atenção á participação comunitária e á preservação do património intangível. A *Política Cultural de 1997*, define que o “desenvolvimento económico e social deve ter a cultura como ponto de partida e de referência obrigatória e permanente (...), objectivando a “protecção da afirmação das identidades culturais locais, como factores de expressão da unidade na diversidade” (MINEC / DNPC, 2002: 12, 20-21); Resolução nº 12 / 97)<sup>31</sup>. No entanto, julga-se que não exista uma divulgação

---

<sup>31</sup> Que aprova a Política Cultural e Estratégia de sua implementação. In: Boletim Oficial da República, I Série, nº 23.

satisfatória deste quadro legal, o que pode ter determinado o actual estágio de desenvolvimento da área do património (MINEC / DNPC, 2002: 25-30). Este cenário começou a ser revertido com a realização de seminários sobre legislação.

No decurso do trabalho de campo e da visita às estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, foi possível constatar o fraco nível de conhecimento e respeito pelo significado daquelas estações pelas comunidades circunvizinhas, sobretudo em Chibuene. Talvez por estar na praia, principal atractivo turístico local, a estação é vista como um entrave á empreendimentos turísticos. Existem construções á poucos metros da estação de Chibuene, separadas praticamente por um simples “arame-farpado”. Para piorar a situação, o concheiro tem servido de “fonte” de conchas para venda e fabrico de artesanato (fig. 9); a população circunvizinha “descansa á sua sombra”, enquanto trata das conchas apanhadas na costa, para posterior venda. É um cenário triste e bastante ameaçador para o património local. Este património ajuda a explicar a integração comercial de Moçambique no comércio do Índico, conforme é demonstrado pela Arqueologia.

Em relação à Manyikeni, os problemas são mais abrangentes. O acesso é difícil, “picadas” estão praticamente cobertas pelo capim alto (fig. 2) que também cobre praticamente todo interior e redor do amuralhado, incluindo as placas didácticas ali existentes; As placas de identificação da estação, frutos do Projecto *UOFU*, desde o desvio da EN1, no sentido sul – norte estão pouco visíveis, cobertas pelo capim e com caracteres pouco visíveis e apresentam sinais de degradação (fig. 10); Há pouca divulgação da existência e significado destas estações<sup>32</sup>. Sinclair (1987: 93), fala ainda de um processo de erosão acelerada.

A solução destes e de outros problemas que possam surgir, passa pela tomada de consciência que a responsabilidade pela preservação do património, tanto tangível como intangível, é tarefa de cada um de nós, membros da comunidade, técnicos de gestores do património, autoridades políticas e tradicionais e, sobretudo os estudantes, ainda em processo de formação como a “*Humanidade do futuro*”, o chamado “*Homem Novo*” (Macamo, 2003: 13; S.N.M.A, 1981c: 5). Se tal não acontecer, pomos em perigo o nosso património, como geração presente, herdado de gerações passadas, para as gerações vindouras.

---

<sup>32</sup> Constantações do trabalho de campo e de Macamo, 1996: 814.



De um modo geral, os problemas de gestão do património, estão ligados á aspectos como:

- (i) destruição maciça de estações arqueológicas ou sítios históricos (por causas físico-naturais – erosão, chuvas, cheias; humanas – sobretudo pelo desconhecimento de cuidados a ter em conta no processo de visitas, muitas vezes não guiadas);
- (ii) exportação ilícita de antiguidades e bens materiais e imateriais do património (abrindo campo para a prática da “caça ao tesouro”);
- (iii) fraca qualidade da gestão dos recursos arqueológicos e culturais (sem planificação ou com base numa gestão do “topo para a base”);
- (iv) má selecção do pessoal de museus e pessoal de apoio á esta gestão, como guardas (muitas vezes sem qualificação adequada e sem sensibilidade em relação ao que se pretende preservar);
- (v) limitações da legislação (pouco conhecida ou com pouco ângulo de aplicabilidade da sua concepção teórica); pouca disseminação dos pressupostos de preservação do património que norteiam projectos daquela natureza<sup>33</sup>.

A solução para estes e outros problemas, pode passar por uma actividade de gestão coordenada entre os actores atrás referenciados, de acordo com a legislação adequada. Outro aspecto seria a coordenação institucional e a interdisciplinaridade na gestão do património, a ser vista como tarefa e dever de cada um de nós. Um terceiro aspecto refere-se á divulgação, que pode ser feita através de brochuras (Hassan,1993: 52), panfletos e guíões turísticos (Macamo, com. pes. 2006). No entanto, a principal solução é a política de descentralização, para que o património seja gerido localmente.

Macamo c (2005: 246-247), faz igualmente referência á tais problemas e soluções pelo que se pode concluir serem eles os mais comuns, variando de intensidade de acordo com contextos específicos.

Em Moçambique, as constatações sobre tais problemas podem-se resumir na “falta de vontade política” (haver condições para se fazer algo, mas tal não ser realizado), cercada pelo domínio da teoria e de acções pouco concretas; “descoordenação” institucional e centralização político institucional; exiguidade de fundos para a área da cultura); pouca clarificação da tarefa de

<sup>33</sup> Dastos compilados de Folorunso, 1996: 795-796; Pwiti & Mvenge, 1996: 819-821; Ndoro, 2001; Katsamudanga, 2003 e Segobye, 2005: 80. que apresentam cenários específicos na Nigéria e Zimbabwe. Macamo c, 2005: 246, aborda o caso de Moçambique.

cada envolvido no processo de gestão do património, não obstante o excesso de burocracia e a falta de flexibilidade legislativa, administrativa e financeira; raridade de quadros qualificados e de meios técnicos, móveis e imóveis, para melhor execução da gestão; pouca divulgação do real papel da cultura na perspectiva sócio-económica nacional, de modo a criar interesse empreendedor da sociedade civil e de agentes económicos privados. Tudo isto se pode resumir na ideia da tendência de busca da identidade na “realidade económica”, e cada vez menos no património, como algo bastante viável, prático e vantajoso, “desde que não se siga políticas erradas” e se respeite a complementaridade entre o “*sistema tradicional*” e o “*sistema moderno*” para uma gestão do património mais completa (Macamo, 2003: 10).

Aliás, se analisarmos o contexto da eclosão e decorrer da *Guerra Civil* em Moçambique, veremos que a gestão “*moderna*” do património esteve comprometida, em termos de deslocação dos próprios gestores, sem falar na participação comunitária (o que talvez tenha influenciado a ideia de gestão centralizada do património a partir da capital, Maputo). No entanto, usando o caso de Manyikeni<sup>34</sup>, verifica-se que o sentido espiritual (fig.11) ou de valor simbólico, conseguiu velar pela manutenção da ordem social local, á tal ponto que o conjunto de pessoas entrevistadas localmente se refira ao facto de “Manyikeni não ter sido tocado durante a *Guerra Civil*”.

O exemplo das estações arqueológicas de Vilanculos, afectadas pela *Guerra Civil* em especial Manyikeni, integra Moçambique no conjunto de países que ratificou a *Hague Convention* (de 1954), sobre a protecção do património cultural em caso de conflito armado. Esta Convenção, chama atenção para o facto de ser tarefa de todos nós velar pela preservação do património nacional mas que também tem significado mundial (Biörnstad, 1998: 135 e 138). Prova disso é que mesmo com todos os riscos decorrentes do conflito armado, como *Guerra Civil*, foi possível construir-se um Centro Interpretativo ou Museu Arqueológico de Manyikeni, “incluindo sete placas didácticas e treinamento de um guia local” (Sinclair, 1987; Macamo, 2003: 10).

O cenário até aqui descrito e os diversos aspectos inerentes á gestão do património histórico-cultural e arqueológico, ajudam a sustentar o título do presente trabalho, “*Património Vivo*”

---

<sup>34</sup> Citando o Presidente da Localidade de Muabsa, os espíritos dos antepassados não deixam ninguém entrar em Manyikeni, se tivesse intenções de ‘destruir’. Entrevista concedida á 15.03.06.

(*Living Heritage*”), que está ligado á ideia de que património é algo vivo, que nos rodeia, que vivemos no dia-a-dia, daí a importância atribuída ao papel da participação comunitária.

Trata-se de um conceito bastante pertinente na discussão actual sobre gestão do património, constantemente mencionado por grande parte dos autores consultados, com destaque para alguns (Scheermeyer, 2005: 121; Ahn, 1998; Saouma – Forero, 1998: 148; Muyaradzi, S/d). Outro aspecto é que a gestão do património deve jogar um papel importante na elaboração de currículos escolares, de modo a valorizar a relação entre património e educação, como alicerce do futuro cultural nacional e internacional (Segoby, 2005: 80).

Dentre outros aspectos também aflorados por outros autores, como o *empowerment* da comunidade e a tendência de busca da “revalorização do passado e de identificação de uma identidade, outro aspecto que merece destaque, é o “*Desenvolvimento sem cara humana*”, (Abungu, com. pes. 2006). Este aspecto está ligado à ambição de se procurar receber “dinheiro rápido”, olhando para a gestão do património e turismo cultural, como simples fontes de rendimento, no contexto da modernização, em detrimento da identificação de benefícios para a comunidade local.

### 3.3 Turismo Cultural e Participação Comunitária

A história e o quotidiano de um país como Moçambique, e da Humanidade no geral, estão ligados ao conjunto de manifestações sociais (tradição, crença, conduta social), artísticas (arte, música, dança), técnicas (arquitetura) e naturais (paisagem e outros elementos naturais). Isto gira em torno do que podemos designar património tangível e intangível, cuja combinação nos conduz, dum modo mais amplo, à definição de património. Neste contexto pode ser definido como o conjunto de factos e evidências que herdamos do passado, como ponto de referência para as nossas raízes e identidade; como o quotidiano de hoje, que importa preservar para as gerações presentes e futuras, como fonte de orgulho nacional<sup>35</sup>.

O turismo cultural deve ser visto como um dos componentes da chamada *Indústria Cultural* que comunga o desenvolvimento de actividades “que integram bens culturais de qualquer espécie numa gama de projectos de cariz económico, favorecendo a sua conservação e

<sup>35</sup> Saouma- Forero, 1998: 147.

difusão” (MINEC / DNPC, 2002: 7). Nesse sentido, o comprometimento do governo moçambicano passava pela implementação de uma estratégia de *Marketing Cultural*, que passaria pela construção do Centro Turístico e Museológico das estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, até o ano de 2007 (MINEC / DNPC, 2002: 52 – 53). Contudo, apesar de bem idealizada, devido às razões atrás apontadas, a estratégia ainda não foi implementada, para a infelicidade do historial de preservação do património.

Uma outra forma de definir turismo cultural, é vê-lo como “algo alargado ao passado que podemos visitar – o património – que pode envolver museus, locais históricos, estátuas, monumentos e santuários” (Ritcher, 1998: 257).

Esta reflexão ajuda-nos a perceber que o turismo não diz respeito apenas à actividade económica, mas à algo ligado ao melhoramento da qualidade de vida da comunidade local, sem comprometer os valores simbólicos que são atribuídos aos locais preservados. Chamamos também atenção para o facto de a ânsia da busca de lucros com a actividade turística poder constituir uma ameaça para a gestão do património (Feilden & Jokilehto, 1998: 97).

Assim, o turista não será só quem “vem de fora”, mas sim todo aquele que visita o local movido por interesses ligados ao seu património cultural, aspectos ligados à Arqueologia, Arquitectura, entre outros (Feilden & Jokilehto, 1998: 97-98) e pelo respeito pelas tradições dos antepassados.

Deste modo, pode-se perceber o quão pertinente é a preservação do património e, acima de tudo, a sua interpretação. Trata-se de um processo que contribui para uma maior e melhor valorização do processo histórico nacional, regional e internacional. Foi esta preocupação que norteou a “Convenção de Protecção do Património Natural e Cultural”, de 1972, que se tornou num “importante instrumento de cooperação internacional (Biörnstad, 1998: 134). Esta Convenção demonstra que no contexto da valorização e protecção do património, não há fronteiras, nem políticas ou ideológicas.

No entanto, a cautela em relação à gestão do património cultural, natural, arqueológico e histórico surgirá como menos eficaz e de menor amplitude, se não se pautar pela participação comunitária. É da comunidade que nos vem a carga simbólica e a autenticidade do local ou

monumento a preservar. O respeito pela sensibilidade da comunidade, garante que esta se torne parte integrante do processo de gestão.

Com a crescente corrida às tecnologias de informação e o cada vez maior desenvolvimento da indústria dos transportes, no contexto da chamada *Globalização*, o mundo foi-se tornando cada vez mais pequeno. Um dos principais ganhos foi o grande crescimento da indústria do turismo, sobretudo a partir da década 80, permitindo sua ramificação em várias áreas. Importa ressaltar a área de turismo cultural, na qual o património cultural surge como “sector-chave” (Prentice, 2005: 243).

O impacto positivo desta actividade económica pode ser analisado no contexto da Arqueologia e da Museologia, pelo aumento do número de visitas às estações arqueológicas, locais de interesse histórico-natural e museus. Nesse sentido, chama-se a atenção para a participação comunitária, em termos de benefícios ou vantagens, como o emprego trazido pela edificação de infraestruturas turísticas; representatividade no processo de gestão do património e promoção do turismo cultural (Brodie, 2005: 132).

A realidade actual em alguns países africanos, como África do Sul, Quénia e Zimbabwe, mostra que a comunidade encontra no turismo cultural, um complemento para seu sustento económico. São exemplos, a venda de artesanato e outros objectos manufacturados, normalmente réplicas de monumentos, à turistas (Segoby, 2005: 80 e 82).

No entanto há quem, contrariamente à “*Declaração de Manila*”<sup>36</sup>, apenas olhe para o desenvolvimento do turismo cultural pela vertente de rentabilidade económica descurando, total e ou parcialmente, o valor histórico-cultural e natural do local ou estação. Este cenário, talvez possa servir como fonte de inspiração para a promulgação e efectivação imediata de normas legislativas ligadas ao turismo cultural, para reforçar a “*Carta de Turismo Cultural*”<sup>37</sup>. Poderia ser essa a solução para o problema da “caça ao tesouro”, traduzida pelo roubo e exportação ilícita de bens classificados como património dum local ou país para outro. (Folorunso, 1996: 95-97).

<sup>36</sup> Sob a égide da Organização Internacional do Turismo. In: Feilden & Jokilhto, 1998: 97.

<sup>37</sup> Primeiramente escrita em 1976 e reformulada em 1999, pelo ICOMOS. In: Brodie, 2005: 133.

A questão que se coloca agora, é como pôr em prática o turismo cultural. A resposta à esta questão está directamente ligada à um alto senso de criatividade relacionando com acções de promoção turística no âmbito da gestão do património e participação comunitária. Este turismo deverá, contudo, seguir a regulamentação especialmente recomendada pela UNESCO.

O primeiro aspecto é o da disseminação turística<sup>38</sup>, através da publicação de panfletos, guiões e outros meios atractivos para visitas futuras, usando a imprensa e tecnologias de informação. Destacam-se ainda a planificação de actividades que passaria pela formação adequada de guias turísticos, revisão constante do conteúdo da exposição, uso da língua local e internacional, normalmente o Inglês. A adopção de uma estratégia de promoção e os estabelecimento de um horário e taxa de visita, garantiriam uma maior organização. Tudo isso passa pela elaboração de um plano de gestão específico para cada caso.

Na execução do plano de gestão, deve-se especificar a tarefa do pessoal de apoio, privilegiando a coordenação de actividades entre autoridades políticas e tradicionais locais, gestores do património e sector privado local. A actualização do material didáctico, de preferência audio-visual, e a criatividade devem ser constantes. Muito importante é a sinalização, através da colocação adequada de sinais de localização ao longo da estação, tipo mapa, e de placas didácticas sobre o conteúdo da exposição, através do uso de caracteres legíveis e bem visíveis, em língua local, nacional ou oficial e internacional (Muocha, 2005).

A segurança dos objectos ou material exposto, dos visitantes e do *staff*, assume-se como aspecto deveras pertinente. Deve-se clarificar o público-alvo, como qualquer um que manifeste interesse, sobretudo os estudantes. A hospedagem deverá estar à cargo do sector privado local, o que reforça a ideia de trabalho conjunto entre os gestores do património, as autoridades tradicionais e administrativas e os agentes turísticos.

Contudo, para que tudo isto se efective é preciso que se garanta a conservação adequada da estação e ou local histórico, antes e durante o processo combinado de gestão do património e turismo cultural. De contrário, corre-se o risco de contribuir para a destruição acelerada da estação. Essa destruição pode ser causada pelo número excessivo e descontrolado de turistas,

---

<sup>38</sup> Os dados sobre disseminação turística foram adaptados de Feilden & Jokilehto, 1998: 97-104.

constituindo uma sobrecarga e ameaça à segurança; problemas físico-naturais – erosão, chuva, frio) (Feilden & Jokilehto, 1998: 97; Brodie, 2005: 132; Macamo c 2005). O grande obstáculo desta gestão poderá ser a exiguidade de fundos, o que poderá ser superado pelas receitas advindas das taxas de visita á locais de interesse patrimonial.

No entanto, alguns problemas com que nos podemos deparar no decorrer da actividade do turismo cultural prendem-se com a pouca informação turística que é difundida, quando tal acontece. O choque com a sensibilidade da comunidade local, em relação aos valores culturais, sobretudo, mostra a relevância do seu envolvimento nos programas de gestão cultural. Esse envolvimento deve resultar em benefícios reais para a comunidade (Pwiti & Mvenge, 1996: 821).

Refira-se que o turismo cultural para Vilanculos foi previsto pelo Projecto *UOFU*, mas foi, de certa forma, inviabilizado por questões como a escassez de recursos humanos qualificados, para trabalharem como guias turísticos, e recursos financeiros. Outro aspecto, é que este projecto tinha como pessoal de apoio, os estudantes ligados à secção de Arqueologia, o que significava limitações em termos de efectividade.

Outro aspecto menos positivo, pode ser a pouca ou fraca qualificação de guias turísticos, capazes de fazer crescer entre os turistas o desejo de voltar aos locais de interesse histórico-arqueológico. Ainda que este não seja o aspecto crucial, ele torna-se relevante pois é o guia que está em contacto directo com o público, para quem passa toda a sensibilidade em relação às estações (Deacon, 1996: 840).

O cenário até aqui descrito, pela sua complexidade, faz-nos reflectir para o facto de existir ainda muito por se fazer, em termos de pesquisa, sobretudo na área de gestão do património cultural.

No caso da área de estudo, o Distrito de Vilanculos, o desenvolvimento da actividade turística é característica marcante, apesar de se privilegiar o turismo de praia. Não obstante a existência de importantes estações arqueológicas, com destaque para Manyikeni e Chibuene, as entrevistas realizadas ao longo da realização do trabalho de campo fazem-nos concluir que existe um número quase ínfimo de pessoas que sabe da existência destas estações e sobretudo

do seu significado. Realce-se que neste grupo de pessoas estão os funcionários administrativos, os líderes comunitários e alguns estudantes secundários. Os agentes turísticos entrevistados disseram desconhecer estas estações, mas mostraram-se interessados em saber mais e em contribuir para uma eventual promoção turística de Manyikeni e de Chibueni, apesar de todas eventuais limitações, sobretudo relativas à questões de acesso.

Portanto, a gestão do património e participação comunitária, quando bem sincronizadas como padrão de preservação do património, são um importante incentivo para o desenvolvimento do turismo cultural, não só a nível do Distrito de Vilanculos, mas também a nível nacional.

### 3.4 Legislação e Gestão do Património

Um dos aspectos mais importantes quando se fala da gestão do património é o da regulamentação, primeiro a nível nacional e depois a nível internacional, seguindo os trâmites preconizados pela UNESCO.

Apesar do seu carácter regulador, tem-se verificado que o nível de conhecimento, primeiro da existência depois do âmbito de actuação da legislação, não é tão animador como seria de desejar, pois parece que este conjunto de leis é conhecido por uma parte dos técnicos de gestão do património e alguns académicos apenas.

Este conhecimento pouco satisfatório da legislação, tem constituído uma grande ameaça ao combate às actividades de “tráfico” de bens do património, de que resulta a preocupante “*caça ao tesouro*”. Apesar de se referir ao contexto da década 90, quando a legislação era ainda menos conhecida, Meneses (1997: 4), também aflora algumas limitações sobre a legislação. A autora fala da prevalência de situações que denotavam pouca consciencialização da necessidade de aplicação da lei.

As limitações da legislação são também uma realidade de outros países como o Zimbabwe, Botswana e África do Sul, como referem Katsamudanga (S/d), Maradze (S/d), Munyaradzi (S/d) e Deacon (1996: 841 – 843). Biörnstad (1995), Saouma – Forero (1995) e Johansson (1995) trazem alguns aspectos que nos permitem estabelecer um quadro comparativo em termos do grau de aplicação da legislação em alguns países da Europa.



A conclusão à que se pode chegar, ainda que não categórica, é que independentemente do nível de desenvolvimento de cada país, o conhecimento e implementação do conjunto de legislação ligada à gestão do património mostram-se deficientes, o que pode perigar a preservação do património.

Uma solução imediata, podendo correr o risco de ser bastante ambiciosa, é garantir uma maior divulgação do conteúdo da legislação sobre a gestão do património, pautando-se por uma linguagem menos técnica possível, de modo que qualquer leigo no assunto possa pelo menos saber da existência de tal conjunto de leis.

As placas junto aos Monumentos, Conjuntos e sítios, são exemplo desse esforço de se simplificar a lei. As placas podem ser de sinalização, de protecção, descritivas e didácticas (Muocha, 2005). As placas de sinalização ajudam a identificar as estações arqueológicas, Monumentos, Conjuntos e Sítios. As placas de protecção, devem referir a legislação nacional aplicável à preservação do património arqueológico do local. As placas descritivas, apresentam dados sobre o historial do local e da sua investigação. As placas didácticas trazem a interpretação científica dos achados das estações arqueológicas (Muocha, 2005: 31-33).

O sistema de uso de placas de sinalização (fig. 12 e fig. 13), é outro grande exemplo do impacto positivo do Projecto *UOFU* (Macamo, com. pes. 2006), no contexto da gestão do património arqueológico no Distrito de Vilanculos, estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene.

O público-alvo imediato, de uma maior divulgação da legislação, poderiam ser os funcionários municipais, distritais e provinciais do Ministério da Educação e Cultura, por representarem as autoridades administrativas e culturais, com poder para avaliar o seguimento de actividades que possam perigar um bem classificado ou em vias de ser classificado (Lei nº 10 / 88, de 22 de Dezembro).

Antes de se analisar o material legislativo, deve-se referir que “a protecção do património arqueológico em Moçambique é regida pela Lei nº 10 / 88 de 22 de Dezembro sobre a protecção do Património Cultural e ainda pelo seu regulamento específico de protecção do património arqueológico, o Decreto nº 27 / 94 de 20 de Julho, que regula a protecção do Património Arqueológico (Macamo, 2001).

Apesar da Lei nº 10 / 88 de 22 de Dezembro “estabelecer os princípios genéricos para a protecção do património cultural, incluindo os bens materiais e imateriais, apenas um capítulo (o quinto, artigos 13º e 14º) faz referência á Arqueologia, e de uma forma sintética”. Aquele capítulo, diz respeito às “descobertas fortuítas e às escavações arqueológicas” (Lei nº 10 / 88 de 22 de Dezembro, In: Boletim da República, I Série. nº 5, p. 441 – (16); Macamo, 2001). Esta abordagem menos enfatizada sobre aspectos da Arqueologia, poderia significar a atribuição de um valor menos merecido à esta ciência.

É neste sentido que se tornava imperiosa a promulgação de um regulamento específico para protecção do património arqueológico, o que mostra a tomada de consciência em relação á este assunto. Meneses (1997: 3), considera a aprovação do referido regulamento específico para a Arqueologia, uma “alteração positiva”.

Nascia assim o Decreto nº 27 / 94 de 20 de Julho , através do qual “foram estabelecidos os princípios e normas para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional”. Acima de tudo estabelece os critérios de quem, como e onde se pode realizar trabalhos arqueológicos (Macamo, 2001).

Em termos de conjunto de leis sobre gestão do património aplicável em Moçambique, pode-se fazer referência, à nível nacional: *(i)* a Constituição da República, a Lei nº 10 / 88 de 22 de Dezembro (sobre a protecção do Património Cultural). *(ii)* o Decreto nº 27 / 94 de 20 de Julho (que regula a protecção do Património Arqueológico), *(iii)* a Resolução nº 12 / 97 de 10 de Junho (sobre a “Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua implementação”) (Kane, 2005:8). *(iv)* as “Normas provisórias para conservação e critérios de classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios”, que para além dos artigos entanto que tal, traz alguns conceitos-chave que ajudam a interpretar o regulamento. (Macamo, S/d).

Um importante passo foi dado com a aprovação do “Plano Estratégico 2003 – 2007: Celebrando a Diversidade Cultural”, demonstrando um maior comprometimento do governo moçambicano para com aspectos de preservação do património cultural.

No processo de gestão do património torna-se imperiosa a interdisciplinaridade, o que conduz á uma coordenação entre a legislação sobre gestão do património e a de outras áreas complementares, como o Turismo, a Arquitectura, o Meio-Ambiente, questões sobre Posse e aproveitamento da Terra, entre outras (Kane, 2005:8).

Alguma legislação publicada no Boletim da República refere a criação de alguns organismos ligados ao património cultural ou reformulação de outros, o que cria as bases para a existência do actual estágio de desenvolvimento de actividades ligadas á gestão do património.

Pode-se destacar o Decreto Presidencial nº 84/83 de 29 de Dezembro que estabelece a criação da *Secretaria de Estado da Cultura*, que dentre outros objectivos, preconizava a inventariação, preservação e valorização do património cultural do povo moçambicano” sobretudo o que “constitua elemento da nossa moçambicanidade”. Destaca-se ainda o Decreto Presidencial nº 11/96, que regula a criação do então Ministério da Cultura, Juventude e Desportos<sup>39</sup> e a Resolução nº 12/97, que “aprova a política cultural e estratégia de sua implementação”, que define “política cultural” como “instrumento que regula a actividade do governo na sua articulação com os demais intervenientes na promoção e desenvolvimento da cultura”, garantindo a “integração da comunidade”<sup>40</sup>. Por último tem-se o Diploma Ministerial nº 171/2000, que faz publicar a criação do então Ministério da Cultura, que preconizava uma actuação no contexto da “preservação e valorização do património cultural”<sup>41</sup>.

Á nível internacional, pode-se fazer referência á um quadro vasto, de amplitude regional, á nível de organismos como a SADC. Á nível continental, por organismos como o NEPAD. Outro instrumento internacional é a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos reguladores publicados pela UNESCO. (Kane, 2005: 8-9; Macamo & Saetersdal, 2004: 192; O’Keefe, 2000).

Dentre as publicações da UNESCO, refira-se as seguintes Convenções:

(i) *Hague Convention ou Convenção para protecção do património cultural em caso de conflito armado* (1954), que estabelece algumas medidas cautelares de acordo com a realidade de cada país; (ii) *Convenção sobre proibição e prevenção do tráfico ilícito de bens do património cultural* (1970), que promove a cooperação internacional no combate á “caça ao tesouro”; *Convenção para a protecção do Património Cultural e Natural* (1972), que regula a identificação, preservação, promoção e nomeação de lugares como locais de importância histórica. (iii) *Convenção para o património sub-aquático* (2001), outro contributo para a “caça ao tesouro”, (iv) *Convenção para a salvaguarda do património cultural intangível* (2003), que destaca o papel da comunidade na preservação do património.

<sup>39</sup> In: Boletim da República, I Série, número 35, de 28 de Agosto de 1996.

<sup>40</sup> In: Boletim da República, I Série, número 23, de 10 de Junho de 1997.

<sup>41</sup> In: Boletim da República, Série, número 49, de 06 de Dezembro de 2000.

Este conjunto de convenções, directa ou indirectamente, é afluída por Biörnstad (1995), Saouma – Forero (1995) e Johansson (1995).

A Carta do ICOMOS sobre a "*Protecção e Gestão do Património Arqueológico*" (1990) estabelece os princípios relativos à gestão do património arqueológico, incluindo as responsabilidades dos principais intervenientes no processo de gestão. Apesar de á primeira parecer deixar transparecer a viabilidade de um projecto de gestão do património do "topo para a base", pode-se perceber uma chamada de atenção ao que deverá ser a legislação e seu âmbito de actuação.

A abordagem sobre o quadro legal aplicável à gestão do património histórico, cultural e arqueológico, mostra o quão pertinente é o conhecimento da sua existência e amplitude de aplicabilidade.

Conhecendo a lei e a forma correcta de aplicá-la, garante-se que se possa pautar por acções específicas de gestão do património, para casos também específicos. Dito de outra forma, a combinação de acções ligadas à gestão do património, com a aplicação adequada da legislação, é a receita básica para o sucesso da preservação do "património vivo".

## Capítulo 4. Conclusão

A discussão em torno da gestão do património e participação comunitária afluída ao longo do trabalho em mãos, não foi mais do que o passo inicial para futuras discussões sobre estratégias de preservação daquilo que nos identifica como moçambicanos, o nosso património, a nossa história, a nossa cultura.

Trata-se de um tema que apenas permite a colocação de um “ponto e vírgula” aos aspectos afluídos, de modo que se incentive a realização de futuros trabalhos sobre gestão de património histórico-cultural em prismas diferentes, mas suficientes para reinterpretar uma história mais completa de Moçambique.

Uma das possíveis abordagens dentro do tema “gestão do património”, poderia estar ligada à avaliação do comprometimento do governo local, à nível do Distrito de Vilanculos e do governo central, para se perceber até que ponto os planos existentes são viáveis.

Outro aspecto que parece merecer uma análise mais cuidada, é o estudo de estratégias locais de promoção turística das estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene, na tentativa de aproveitar o potencial turístico costeiro do Distrito de Vilanculos.

Um terceiro e último aspecto, teria relação com a identificação de estratégias de maior direccionamento de aspectos ligados à gestão do património, no currículo do Ensino Secundário Geral, de modo a incutir entre os estudantes, como futuros guardiões da história, a necessidade de se preservar o nosso património. Nesse sentido, é bastante pertinente o programa curricular promovido pelo Ministério da Educação e Cultura (Tomo<sup>42</sup>, 2006, com. pes).

A realização do presente trabalho obedeceu um sistema coerente de pesquisa bibliográfica e de recolha de dados aquando do trabalho de campo, que nos permite tirar algumas ilações em relação aos objectivos preconizados.

Foi possível verificar que a participação comunitária no decorrer da gestão das estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, no âmbito da actuação do Projecto *UOFU*, veio significar um maior reconhecimento do importante papel da comunidade neste contexto (Macamo, 2003). Pôde-se igualmente verificar que as acções de gestão daquelas duas estações

---

<sup>42</sup> Cristina Tomo, Directora Nacional de Educação.

obedeceram condições sócio-político-económicas e culturais específicas locais e que o trabalho de sensibilização em relação à necessidade de interligação entre o chamado “sistema de gestão tradicional” e o “sistema de gestão moderna”, teve um impacto positivo (Ndoro, 2001).

De um modo geral, o presente trabalho que incidiu sobre a participação comunitária no processo de gestão do património, usando como estudo de caso as estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene, localizadas no Distrito de Vilanculos, pretendeu ser mais um contributo para a valorização do papel das comunidades locais em projectos de desenvolvimento local.

A avaliação feita aos pressupostos do *Projecto UOFU* não pretendeu, de forma alguma, ser um juízo de valor, mas sim um incentivo para que o trabalho iniciado no contexto deste projecto tenha continuidade. À nível das estações arqueológicas de Manyikeni e Chibuene, nas suas regiões circunvizinhas, no Distrito de Vilanculos, na Província de Inhambane e, quiçá à nível de Moçambique, há muita coisa ainda por fazer.

Cientes de que outros aspectos pertinentes possam ter ficado por ser explorados como conteúdo para este trabalho, espera-se que os aspectos tratados no evoluir do trabalho possam ajudar a cimentar a ideia do quão importante e urgente é cada um de nós consciencializar-se para a necessidade de se preservar o património.

Tal como refere Abungu<sup>43</sup>, “património não é só o que herdamos, mas aquilo com que se contribui para o futuro”, o que de certa forma nos conduz para aquele que é o título do presente trabalho, “Património Vivo”, ou, “Living Heritage”.

---

<sup>43</sup> In: “Seminário sobre Arte Rupestre em Manica”, Manica, 10.06.06.

## Referência Bibliográfica

### a) Artigos

Abungu, George, 1998. "Africa 2009: Development of a Training Programme for Sustainable Immovable Heritage Conservation In Sub-Saharan Africa". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p. 142-145.

Adeloye, Samuel A., 1995. "Security In Local Museums of West African Region". In: Ardowin, Claude; Arinze, Emmanuel [edits]. *Museums and The Community in West Africa*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 18-34.

Ahn, Tran Hoai, 1998. "Modernization Vs Conservation In Hanoi". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p. 63 – 74

Arinze, Emmanuel, 1995. "The Training of Local Museum Staff". In: Ardowin, Claude; Arinze, Emmanuel [edits]. *Museums and The Community in West Africa*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 35- 44.

Ardowin, Claude, 1995. "Basic Infrastructure Problems in Local Museums". In: Ardowin, Claude; Arinze, Emmanuel [edits]. *Museums and The Community in West Africa*. Washington: Smithsonian Institution Press, P. 45-49.

Aslan, Zaki, 2005. *ICCORM Newsletter* : Athar Programme

Agbaje – Williams, Babatunde, 1996. "Some Associated Problems of Archaeological Heritage Mngement In Nigeria, Northwest Yorubaland as a Case Study". In: Pwiti, G.; Soper, R. [edits]. *Aspects Of African Archaeology: Papers From The 10 th Congress Of PanAfrican Association For Prehistory and Related Studies*. Harare: University Of Zimbabwe Publications, p.801-807.

Barradas, Lereno, 1972. "Os Construtores dos Grandes Zimbábues". In: *Revista Monumenta nº 8* (Ano VIII, Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique). Lourenço Marques, p. 41-53.

Biörnstad, Margareta, 1998. "Cultural Heritage In a Shrinking World". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p. 142-145.

Brodie, Neil, 2005. "Illicit Antiquities: The Theft of Culture". In: Corsane, G.[edit.]. *Heritage, Museums and Galleries: An Introductory Reader*. London / New York: Routledge, p. 122-139.

Deacon, Janette, 1996. "Cultural Resources Management In South Africa: Legislation and Practise". In: Pwiti, G.; Soper, R. [edits]. *Aspects Of African Archaeology: Papers From The 10 th Congress Of PanAfrican Association For Prehistory and Related Studies*. Harare: University Of Zimbabwe Publications, p.839- 848.

Duarte, Ricardo Teixeira, 1987. "Contribuição para o Estudo dos Grupos Populacionais em Moçambique". In: DAA / UEM. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia n° 4*. Maputo: DAA, P. 19-30.

....., 1988. "A Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (1974-1988): Retrospectiva do Trabalho Realizado". In: DAA / UEM. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia n° 5*. Maputo: DAA, p. 57-73.

....., 1992. "A Importância dos Estudos Sobre o Património Cultural Nos Países Em Vias De Desenvolvimento". In: *Revista LEBA n° 7: Estudos De Quaternário, Pré-História e Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Centro de Pré-História e Arqueologia), p. 37-39.

Folorunso, Caleb, 1996. "The Place of Archaeology In Heritage Management In Africa: The Case of Nigeria". In: : Pwiti, G.; Soper, R. [edits]. *Aspects Of African Archaeology: Papers From The 10 th Congress Of PanAfrican Association For Prehistory and Related Studies*. Harare: University Of Zimbabwe Publications, p. 795-799.

Garlake, Peter, 1976. "An Investigation of Manekweni, Mozambique". *Azania 11*, p. 25-47.



Johansson, Bengt O. H. 1998, "Cultural Heritage Without Borders". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p.156-163.

Katsamudanga, Seke, S/d. "The Dilemma Of Preserving Intangible Heritage In Zimbabwe".  
<http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003/papers/A2-1%20-%Plan.pdf>

Konare, Alpha O., 1995. "The Creation And Survival Of Local Museums". In: Ardowin, Claude; Arinze, Emmanuel [edits]. *Museums and The Community in West Africa*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 5-10.

Konate, Baba M., 1995. "The Relationship Between Local Museums And The National Museum". In: Ardowin, Claude; Arinze, Emmanuel [edits]. *Museums and The Community in West Africa*. Washington: Smithsonian Institution Press, p. 11-17.

Macamo a) Solange L., 1996. "The Problems of Conservation Of Archaeological Sites In Mozambique". In: Pwiti, G.; Soper, R. [edits]. *Aspects Of African Archaeology: Papers From The 10th Congress Of PanAfrican Association For Prehistory and Related Studies*. Harare: University Of Zimbabwe Publications, p. 813-816.

Macamo, S.; Saetersdal, Tore, 2004. "Archaeology And Cultural Heritage Management In Mozambique: Some Experiences Made And Some Future Challenges". In: Oestigard, T.; Saetersdal, T. et al. *BAR International Series 1210: Combining The Past And The Present, Archaeological Perspectives On Society*. Oxford: Basingstoke Press, p. 189-200.

Macamo a, S. 2005. "*Contribuição Para O Estudo Do Impacto Arqueológico No Vale Do Zambeze*". Maputo: S/n.

Macamo b, S. 2005. "Proposta para a Organização e Funcionamento do Sector do Património Cultural". Maputo: MINEC.

Maradze, Juliet, S/d. "Back To The Old School? Revival Of Traditional Management Systems In Zimbabwe".

Meneses, Maria Paula G., 1988. "Idade da Pedra em Moçambique (Os Primórdios da Sociedade Humana: Evidências Arqueológicas)": In: DAA / UEM. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia n° 5*. Maputo: DAA, p.3- 49.

Morais, João M. F., 1992. "Fontes Historiográficas e Arqueologia Em Moçambique". In: *Revista LEBA n° 7: Estudos De Quaternário, Pré-História e Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Centro de Pré-História e Arqueologia), p. 301-317.

Munyaradzi, Manyanga, S/d. "Intangible Cultural Heritage And The Empowerment Of Local Communities: Manyanga (Ntaba Zi Ka Mambo) Revisited".

Ndoro, Webber; Pwiti, Gilbert. 2005. "Heritage Management In Southern Africa: Local, National and International Discourses". In: Corsane, G. *Heritage, Museums and Galleries: An Introductory Reader*. London / New York: Routledge, p. 141-154.

Negrão, José, 2002. "Posse de Terra e Gestão dos Recursos Naturais Pelas Comunidades Locais". In: Filimão, E.; Massango, H. [edits]. *Comunidade e Maneio dos Recursos Naturais*. Maputo: Direcção Nacional de Fauna Bravia / FAO, P. 27-36.

O' Keefe, Patrik J., 2000. "The Archaeology And Human Rights". In: Ascherson, Neal [edit.]. *Public Archaeology*, vol. 1, n° 3. London: James & James, p. 181-194.

Pwiti, G. & Mvenge, G. 1996. "Archaeologists, tourists and rainmakers: Problems in the management of rock art sites in Zimbabwe, a case study of Domboshava National Monument". In: Pwiti, Gilbert & Soper, R. [edits]. *Aspects of African Archaeology* (Papers from the 10<sup>th</sup> Congress of PanAfrican Association for Prehistory and Related Studies). Harare: University of Zimbabwe Publications, p. 817 – 823.

Prentice, Richard. 2005. "Heritage: A Key Sector in the 'New' Tourism. In: Corsane, G. [edit.] *Heritage, Museums and Galleries: An Introductory Reader*. London: Routledge, p. 243 – 256.

Ritcher, Linda K. "The Politics of Heritage Tourism Development: Emerging Issues For The New Millenium". In: *Heritage, Museums and Galleries: An Introductory Reader*. London: Routledge, p. 256 –

*Revista Monumenta* n° 9, Ano IX, 1973. "Actividades Da Comissão Dos Monumentos Nacionais No Ano de 1972" (Boletim Da Comissão Dos Monumentos Nacionais De Moçambique), p. 73-75.

Roza de Oliveira, Octávio, 1973. "Zimbabwe de Moçambique (Proto História Africana)". In: *Revista Monumenta* n° 9, Ano IX (Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique). Lourenço Marques, p. 31-64.

Saouma – Forero, Galia, 1998. "UNESCO World Heritage List". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p.147-149.

Segobye, Alinah K. 2005. "Weaving Fragments of the Past for a United Africa: Reflections on the Place African Archaeology in the Development of the Continent in 21<sup>st</sup> Century". In: *South African Archaeological Bulletin* 60, p. 79 – 83.

Scheermeyer, Colette, 2005. "A Changing And Challenging Landscape: Heritage Resources Management In South Africa". In: *South African Archaeological Bulletin*, 60, p. 121-123

Sinclair, Paul, J. J. 1998. "Urban Origins In Eastern Africa". In: *The City Local Tradition And Global Destiny* ( A Seminar On Urban Cultural Heritage). S/l: Sida, p. 57-62.

Sinclair, P.; Morais, J. et al. 1993. "A Perspective On Archaeological Research In Mozambique". In: Shaw, T. ; Sinclair, p. et al [edit.]. *The Archaeology Of Africa: Food, Metals And Towns*. London: One World Archaeology, p. 409-431.

Sinclair, P. J. J., 2004. "Archaeology And Identity: Some Examples From Southern Africa". In: Oestigard, T.; Saetersdal, T. et al. *BAR International Series* 1210: Combining The Past And The Present, Archaeological Perspectives On Society. Oxford: Basingstoke Press, p. 171-179.

Walderhaug - Saetersdal, Eva M. 2000. "Ethics, Politics And Practices In Rock Art Conservation". In: Ascherson, Neal [edit.]. *Public Archaeology*, vol. 1, n° 3. London: James & James, p. 163-180.

b) *Comunicações*

Kane, M. Ângela P. N. 2005. "A Salvaguarda Do Património : A Legislação Aplicável Em Moçambique". In: *Curso e Workshop Sobre Património Geológico e Geoconservação: Conceitos, Metodologia e Estratégia*. Maputo: Museu de Geologia (25 – 27 de Maio de 2005).

Macamo, Solange, 2003. "Projectos SAREC e a Participação Das Comunidades Locais Na Pesquisa Arqueológica: O Caso Do Distrito De Vilankulo, Província de Inhambane, Moçambique". In: *Primeira Conferência Nacional Da OSSREA, S/l*.

Moffet, Jonathan, 1990. "The Museum in the World of Archaeology: What is It's role?". In: Reilly, Paul & Rahtz, Sebastian. [edits]. *World Archaeological Congress, vol. 2*. Venezuela : University of Southampton (September 4th – 8th).

c) *Dissertações e Teses*

Chambela, Lourenço, 1999. *Economia e Meio Ambiente: O Caso da Degradação Florestal do Distrito de Vilankulo (1992 – 1998)*. Dissertação de Licenciatura em Geografia. Maputo: Faculdade de Letras / UEM.

Eklblom, Anneli, 2004. *Changing Landscapes: An Environmental History of Chibuenne, Southern Mozambique (Tese de Doutoramento)* Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Studies in Global Archaeology 5).

Fortes, Lucília, 2003. *Participação Comunitária no Processo de Desenvolvimento Rural: O Caso da Aldeia Namacholi, Distrito de Angónia, 1987 – 2002*. Dissertação de Licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras / UEM.

Macamo c, S. 2005. *Privileged Places in South Central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara and Degue Mufa (Tese de Doutoramento)*. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Studies in African Archaeology 4) / DAA – UEM.

Muocha, Matilde M., 2005. *O Uso de Placas para a Identificação e Interpretação do Património Arqueológico*: Estudo de caso das Estações Arqueológicas do Distrito de Vilanculos, 1943-2004. Dissertação de Licenciatura em História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais / UEM.

Ndoro, Webber, 2001. *Your Monument Our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe*. (Tese de Doutoramento). Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Studies in African Archaeology 19).

◊

d) *Entrevistas*

- Em Muábsa

Jordão, Líder comunitário de Muábsa (15.03.06).

Mucambe, Reginaldo. Presidente da Localidade de Muábsa (15.03.06).

José, Secretário do Bairro, na Localidade de Muábsa (15.03.06).

Raúl, membro da localidade de Muábsa (15.03.06).

Vilanculos, Augusto. Régulo de Mapinhane (15.03.06).

Ameiji, Suleimane. Presidente do Município de Vilanculos.

Chibebe, Fabião. Director Distrital de Cultura de Vilanculos

Marrucane, Alfeu. Funcionário da Direcção Distrital de Cultura de Vilanculos, nosso guia e intérprete.

- Na Comunidade Circunvizinha de Manyikeni

José Marrucane. Guarda da estação arqueológica de Manyikeni (15.03.06).

Ancião que faz a cerimónia de evocação aos antepassados (15.03.06).

Uma mulher e um homem, membros da comunidade (15.03.06).

- Estudantes e professores do Ensino Secundário, das Escolas Padre Gerardo Gumiero e Secundária de Vilanculos (15.03.06 e 17.03.06)
- Agentes turísticos de Vilanculos (proprietários de restaurantes e lodges).

e) *Legislação*

*Decreto nº 27 / 94, de 20 de Julho* (Regulamentação de Protecção do Património Arqueológico). In: Boletim da República, I Série, nº 29.

*Lei 10 / 88, de 22 de Dezembro* (Protecção do Património Cultural). In: Boletim da República, I Série, nº 5.

Macamo b Solange, S/d. "Normas Provisórias Para Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios". In: *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios: Património Cultural* (2003). Maputo: Ministério da Cultura / UNESCO.

MINEC / DNPC. "*Plano Estratégico 2003 – 2007: Celebrando a Diversidade Cultural Nacional*". Maputo (Abril / 2002).

f) *Monografias*

Duarte, Ricardo Teixeira, 1993. *Northern Mozambique in the Swahili World* (Studies in African Archaeology 4). Uppsala: Uppsala University / UEM.

Feilden, Bernard & Jokilehto, Jukka, 1998. *Management Guidelines For Cultural Heritage Sites*. ICCROM, UNESCO, ICOMOS..

Hall, Martin, 1996. *Archaeology Africa*. Claremont: David Phillip Publishers.

Hassan, Fekri A., 1993. *Urban Origins In Eastern Africa: An Evaluation of a SAREC Project*. Stockolm: SAREC Documentation / Evaluation nº 3.

Macamo, Solange Laura, 2003. *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura / UNESCO.

Meneses, Maria Paula G., 1995. *Glossário de Alguns Conceitos e Termos Usados em Pré-História*. Maputo: DAA / UEM.

Morais, João M., 1988. *The Early Farming Communities of Southern Mozambique* (Studies in African Archaeology 3). Uppsala: Uppsala University / UEM.

Silva, Benedito [coord.]. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Sinclair, Paul J. J., 1987. *Space, Time and Social Formation: A Territorial Approach to the Archaeology and Anthropology of Zimbabwe and Mozambique, c 0 – 1700 AD*. Uppsala: Societa Archaeologica Upsaliensis.

Quivy, Raymond; Van Compenhoudt, Luc, 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2 ed. Lisboa: Gradiva.

g) *Projecto / Plano*

*Rock Art Management Training Manual*, 2002. Witswatersrand: University of Witswatersrand (Programa de Implementação do Plano de Gestão da Pinturas Rupestres de Manica).

h) *Relatórios*

ACNUR / PNUD. 1997. Perfil de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Vilankulo, Província de Inhambane. Maputo.

Alberto, Manuel S.; Grilo, Victor H.V, 1959. “As Ruínas Do Zimbabwe De Muabsa: Circunscrição de Vilanculos” (*Relatório Colonial* Para a “Comissão De Monumentos Relíquias Históricas De Moçambique).

Macamo, S.; Stephens, Christopher et al, 2004. “*Estudo de Viabilidade e Plano De Implementação Do Turismo Cultural e Gestão Da Herança Da Província de Inhambane*”. Maputo: DAA / UEM.

*Serviço Nacional de Museus e Antiquidades* (1979 – 1981). Maputo: S.N.M.A.

g) *Textos de apoio*

1. In: *Programa Temático da Cadeira de "Património Histórico-Artístico e Museológico" (Museologia)*

Macamo a Solange, 1995. "Arqueologia e Gestão do Património Cultural".

Macamo, S. 2001. "Arqueologia Subaquática e Legislação: A Importância do Contexto".

....., s/d. "O Papel dos Museus Na Compreensão do Passado".

2. In: *Programa Temático da Cadeira de "História de Moçambique, até 1875"*.

Macamo b, Solange, 1995. "As Antigas Comunidades Agro-pastoris na África Austral do I Milénio AD (Com Especial Referência Para Moçambique)".

Macamo c, S., 1995. "Os Antigos Povoamentos Da Idade Do Ferro Superior, no Planlto do Rio Limpopo e Shoshi: Mapungubwe e Toutswe".

Macamo d S., 1995. "Grande Zimbabwe: Interpretação Sobre as Origens e Caracterização da Tradição Zimbabwe".

Macamo b, S., 1996. "Grande Zimbabwe e os Centros Regionais".

Macamo, S., 2000. "A Tradição Arqueológica da Matola no Sul de Moçambique: Descrição e Interpretação".

Macamo, S. 2001. "Tradição Gokomere- Ziwa em Moçambique".

i) *Seminários*

Abungu, George. 2006. "African Heritage". In: *Seminário Sobre Arqueologia e Gestão do Património Cultural*, Manica, 10. 06.06.

Fogelman, Ariana, 2005. "*Heritage and Development in Niassa: Project Mizumu*". In: *Seminário de Arqueologia*". Maputo: DAA / UEM (28. 07. 05).

Rolling, James. 2006. "*Políticas de Diversidade Cultural e Democracia*". Maputo, 10.05.06.

Stephens, Christopher, 2005. "*Heritage Concept*". In: Aulas de "Património Histórico-Artístico e Museológico" (Museologia, de 30 e 31. 08. 05).



*Bibliografia complementar*

*Diploma Legislativo nº 825, de 20 de Fevereiro de 1943* (Constituição da Comissão dos Monumentos e Relíquias de Moçambique). In: Boletim Oficial da Colónia de Moçambique, I Série, nº 8.

Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, 1979. *Museu Arqueológico de Manyikení*. Maputo: Imprensa da UEM.

Morais, J.; Sinclair, P., 1980. *Manyikení, a Zimbábue in Southern Mozambique*. Proceeding 8<sup>th</sup> PanAfrican Congress of PreHistory and Quaternary Studies.

Saetersdal, Tore, 1999. "Symbols of Cultural Identity: A Case Study From Tanzania". In: *African Archaeological Review*, vol. 16, nº 2, p. 121-135.

Sinclair, P., 1982. *Chibuene: An Early Trading Site In Southern Mozambique*. S/I: Paideuma, p. 150-164.

ANEXOS

Figura 1- Sede do Posto Administrativo de Mapinhane



Foto: Marílio Wane.

Figura 2 – Picada de acesso à estação arqueológica de Manyikeni



Fotos: Marílio Wane.

Figura 3 – Placa de identificação da estação arqueológica de Chibuene



Foto: Marílio Wane.

Figura 4 – Placa de identificação da estação arqueológica de Manyikeni



Foto: Marílio Wane.

Figura 5 – Estruturas do Governo local de Vilanculos



O primeiro da direita para esquerda, Dir. Distrital da Cultura.  
O terceiro na mesma ordem, Presidente do Município, os demais são vereadores. Foto: Marílio Wane.

Figura 6 – Líderes comunitários entrevistados em Muabsa



Da direita para esquerda, Régulo de Mapinhane, o representante do Régulo de Muabsa, Presidente da localidade de Muabsa, membro da comunidade e o Secretário do bairro. Foto: Marílio Wane.

Figura 7 – Membros da comunidade circunvizinha de Manyikeni



Foto: Marílio Wane.

Figura 8 – Membro da comunidade circunvizinha de Manyikeni servindo-se da fontenária



Foto: Marilio Wane.

Figura 9 – O concheiro de Chibuene que é actualmente usado para fins de artesanato

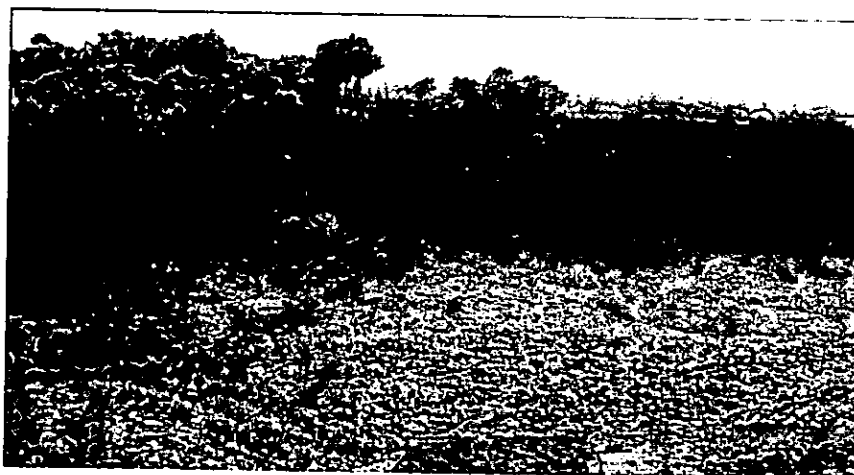


Foto: Marilio Wane.

Figura 10 – Placa de localização de Manyikeni com sinais de degradação



Foto: Marilio Wane.

Figura 11 – Cerimónia de evocação aos espíritos ancestrais à entrada de Manyikeni

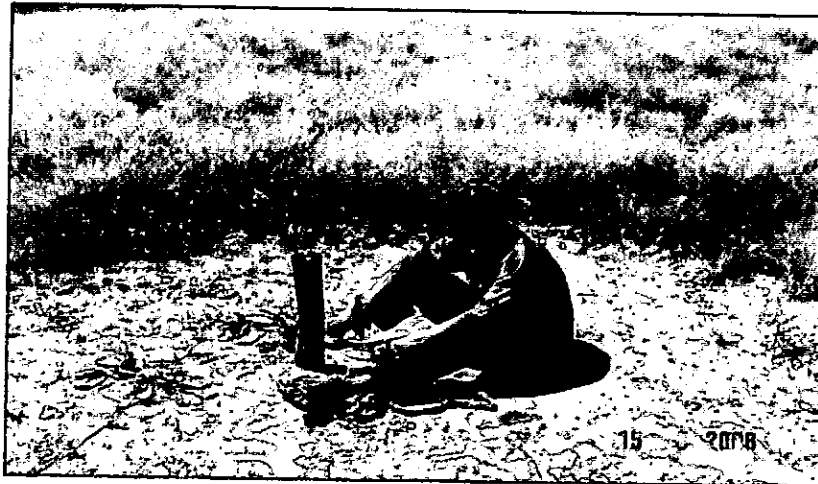


Foto: Marílio Wane.

Figura 12 – Placa de sinalização que impede o movimento de viaturas na área circundante a Manyikeni



Foto: Marílio Wane.

Figura 13 – Placa didática em Manyikeni

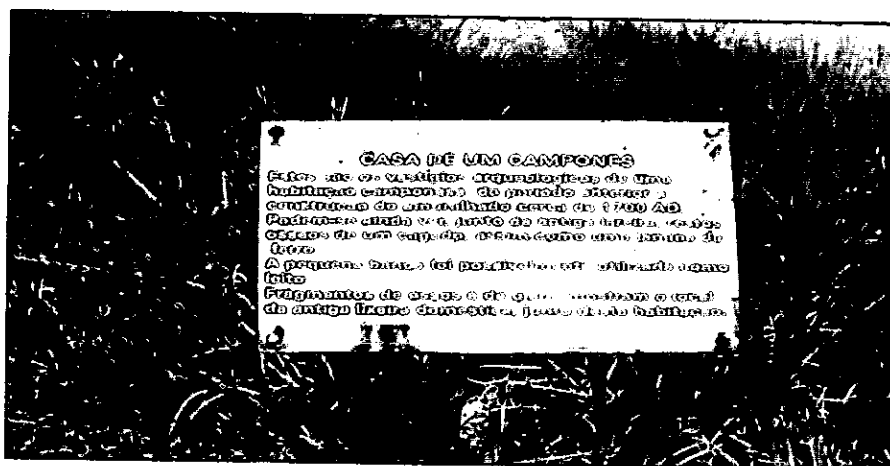
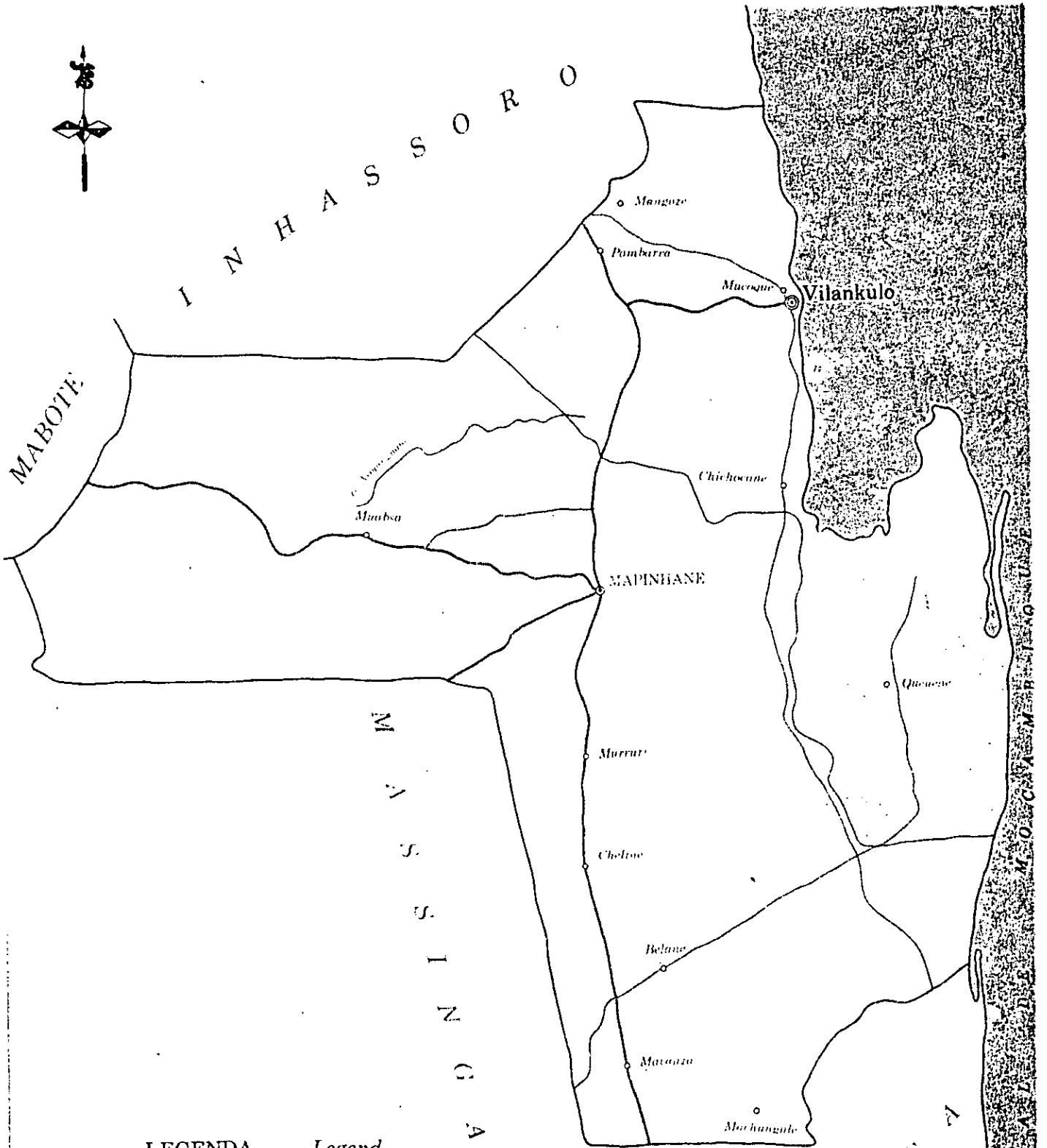


Foto: Marílio Wane.



**LEGENDA**

**Legend**

- |     |                     |                          |
|-----|---------------------|--------------------------|
| ⊙   | SEDE DE DISTRITO    | District Capital         |
| ○   | SEDE DE POSTO       | Admin. Post Headquarters |
| ◦   | POVOAÇÃO COMERCIAL  | Trading Centre           |
| —   | LIMITE DE PROVINCIA | Provincial Boundary      |
| —   | LIMITE DE DISTRITO  | District Boundary        |
| —   | LIMITE DE POSTO     | Admin. Post Boundary     |
| ✦   | PISTA DE ATERragem  | Landing Strip            |
| —+— | CAMINHO DE FERRO    | Railway                  |
| —   | ESTRADAS PRINCIPAIS | Main Roads               |
| —   | OUTRAS ESTRADAS     | Other Roads              |

**Fontes**

**Sources**

DINAGECA

DINAGECA

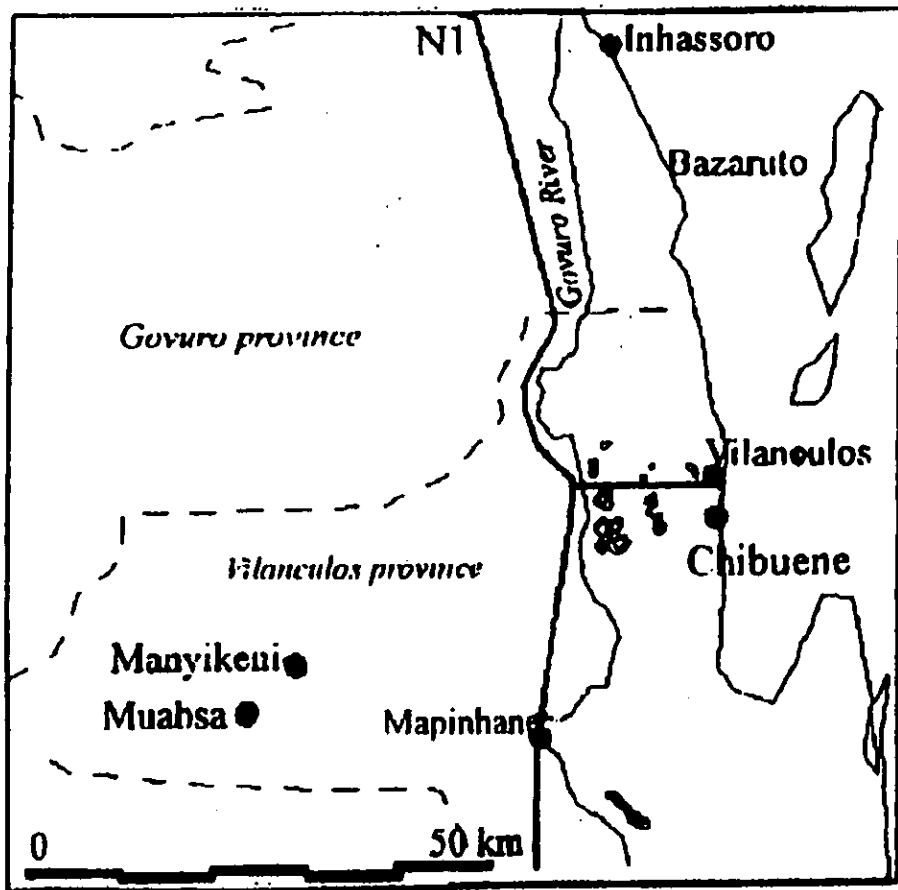
ESC 1/600.000

Scale 1/600.000

EDICÃO 1997

Edition 1997

In: ACNUH/PNUD, 1997



Fonte: Ekblom, Anneli. 2004.





Fig. 1. Map of Mozambique with main archaeological sites. (Adapted from Sinclair et. al. 1993:414).

## INDICE

1. Introdução .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2. . Definicao de objectivos e metas .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.1. Geral.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2. Específicos .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3. Metodologias.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.Delimitacao e identificacao do problema ( problematização) ...	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5. Caracterizacao da area de estudo .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.1. Localização da área de estudo.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.2. Caracterização físico-natural .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2 5.2.1. Geologia e pedològia .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
2.2 5.2.2. Climatologia.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.2.3. Hidrologia .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.2.4. Cobertura vegetal e fauna .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.3. Caracterização sócio-económica.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.3.1. População .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
5.3.2. Infra-estruturais socio-económicas .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
6. Diagnostico de analise ou da situacao .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
6.1. Perfil histórico e divisão administrativa do bairro de Malhanpsene	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
6.2. A crise de água no bairro de Malhampsene .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
7.3. Formulação e escolha de alternativas para atingir os objectivos e metas	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
7. Conclusao.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
8. Bibliografia .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

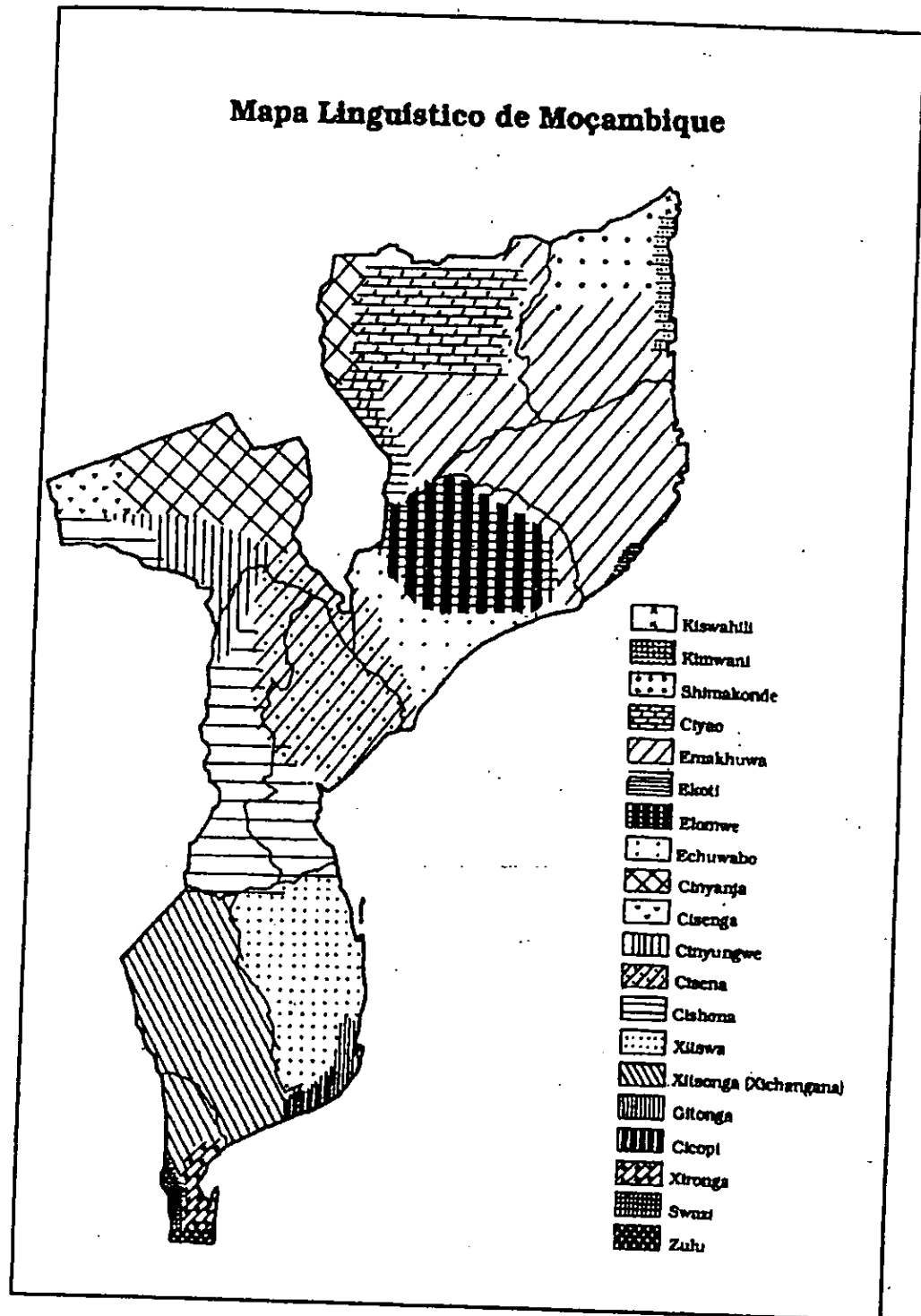


Figura 6: Mapa Linguístico de Moçambique (NELIMO 1989).

Fonte: Ngunga, Armino. 2004. Introdução à Linguística Bantu. Maputo: Imprensa Universitária, p.49

## *Cronologia*

- 1943 – Criação da “Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique”.
- 1943 em diante- desenvolvimento de trabalhos arqueológicos em Moçambique, maioritariamente levados a cabo por académicos estrangeiros.
- 1975- Independência de Moçambique.
- 1977 / 78- início das pesquisas arqueológicas em Moçambique, com apoio da SAREC, em coordenação com a SARQ / UEM.
- 1977 – 1983- Implementação do projecto de prospecção arqueológica em Moçambique, cujo exemplo foram as constantes pesquisas em Manyikeni.
- 1979- Criação do Museu Arqueológico de Manyikeni, ao ar livre, o primeiro Centro Interpretativo do país.
- 1980- Criação do DAA (em substituição da SARQ), dando novo impulso à pesquisa arqueológica em Moçambique e contribuindo para reformulação do currículo escolar.
- 1981 em diante- desenvolvimento de acções político culturais por parte do governo moçambicano, para o estudo e valorização do património cultural (contexto de actuação do S.N.M.A); Criação do Departamento de Monumentos.
- 1986- Criação do “Programa de Origens Urbanas na África Oriental”.
- 1988- Promulgação da Lei sobre Património Cultural, Lei nº 10 / 88.
- 1992- Fim da Guerra Civil em Moçambique.
- 1994- Promulgação do Regulamento específico para Protecção do Património Arqueológico, Decreto nº 27 / 94.
- 1997- implementação do projecto UOFU no Distrito de Vilanculos, nas estações arqueológicas de Manyikeni e de Chibuene. Incidência sobre a necessidade de participação comunitária e popularização da Arqueologia.
- 1997 – 2005- actuação do projecto UOFU em Vilanculos, em Colaboração com o DAA / UEM.
- 2004- Fim previsto para o projecto UOFU, que só se efectivou em 2005.